

O Ecoturismo e a Educação Ambiental

por

Alexandre de Gusmão Pedrini

(Organizador)

Conteúdo

Apresentação dos autores

Apresentação da coletânea

Davies Gruber Sansolo

Introdução

Alexandre de Gusmão Pedrini

Ecoturismo com Educação Ambiental: Discursos e Práticas

Alexandre de Gusmão Pedrini e Milta Fonseca Torgano

A Educação Ambiental Aplicada ao Turismo – experiências da Costa de Caparica, Portugal.

Walter Leal Filho

O potencial papel da interpretação na Educação Ambiental dos ecoturistas – o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Portugal)

Maria João Carneiro e Elisabeth Kastenholz

Educação Ambiental pelo Ecoturismo em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – RJ

Nadja Maria Castilho da Costa e Vivian Castilho da Costa.

O ensino a distância da Educação Ambiental direcionado para o Ecoturismo: o caso do curso de especialização por tutoria a distância em Ecoturismo da UFLA/FAEPE

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio

Apresentação dos autores

ALEXANDRE DE GUSMÃO PEDRINI

Biólogo. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor-Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orienta alunos na Graduação e Pós-Graduação. Organizou e é autor das coletâneas: a) Educação Ambiental : Reflexões e Práticas Contemporâneas; b) O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental; c) a presente. Criador e Animador da Lista em Discussão Educação Ambiental da América Latina (EALatina) e Educação Ambiental e Ecoturismo (Eaecturismo). Atua em Educação Ambiental Comunitária, no Departamento de Biologia Vegetal do Instituto de Biologia da UERJ, sito a Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, Sala 525/1, CEP 20550-013, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; tel: 2587-7434, 2567-2567 e 2546-2384 e fax 2587-7655; e-mails : apedrini@cnen.gov.br; agpedrini@vetor.com.br.

CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO

Bióloga pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ). Mestre e doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRuralRJ. Professora do curso de pós-graduação por tutoria à distância em "Ecoturismo: Interpretação e educação ambiental" da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Membro do PROCAM/USP, coordenado pelo Prof. Dr. Pedro Jacobi. Consultora na área ambiental. Endereço: Travessa Boa Esperança, nº 45. Bairro Vila Ester. Lavras, MG; CEP: 37200-000. Telefone: (35) 3821-4348; e-mail: crisgraca@uol.com.br

ELISABETH KASTENHOLZ

É professora auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, em Portugal. Nesta Universidade tem lecionado disciplinas de Gestão e Turismo, tanto ao nível da licenciatura como do mestrado. É licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, completou o MBA do ISEE/ Universidade do Porto e o doutoramento na área de turismo na Universidade de Aveiro. O doutoramento incidiu sobre o papel da imagem do destino no comportamento do consumidor e implicações ao nível do Marketing de Destinos, baseando-se num estudo de mercado de turistas em áreas rurais no Norte de Portugal. Endereço: Universidade do Aveiro, Portugal; ekast@egi.ua.pt

MARIA JOÃO AIBÉO CARNEIRO

É assistente no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, em Portugal. Nesta Universidade tem lecionado disciplinas de Gestão e de Gestão e Planeamento em Turismo. É licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro e completou o MBA da Universidade Nova de Lisboa. Está neste momento, fazendo a tese de doutoramento na área de turismo, nomeadamente no domínio do comportamento do consumidor e do posicionamento competitivo de destinos turísticos. Realizou um estágio na Comissão de Coordenação da Região Norte e trabalhou na Associação de Desenvolvimento de Turismo da Região Norte de Portugal. Universidade de Aveiro, Portugal. Endereço: jmaria@egi.ua.pt

MILTA FONSECA TORGANO

Professora do curso fundamental e graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Veiga de Almeida. Publicou trabalho sobre metodologia em Educação Ambiental. e-mail: milta@uerj.br.

NADJA MARIA CASTILHO DA COSTA

Geógrafa (1979), Mestre (1986) e Doutora (2002) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Prof^a. Adjunta do Dept^o. de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde coordena o Grupo de Estudos Ambientais (GEA). Preside o Comitê de Estudos Regionais do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), ligado a Organização dos Estados Americanos (OEA). Coordena projetos de pesquisa interdisciplinares e interinstitucionais em Geografia Física, Meio Ambiente e Turismo, com destaque para pesquisas extensionistas, envolvendo participações comunitárias em Educação Ambiental, formal e informal. Endereço: Av. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, sala 4002-D, Rio de Janeiro - RJ. Tel/Fax: 25877703 r. 38. E-mail: nadjagea@bol.com.br

WALTER LEAL FILHO

Walter Leal Filho é doutor em Ciências Ambientais (PhD), doutor em ciências (DSc.) e professor titular de manejo e tecnologia ambiental na Universidade Técnica de Hamburgo, Alemanha. Coordena o Grupo de Trabalho Europeu em Educação Ambiental e edita o Buletim Europeu de Educação Ambiental. Endereço postal e virtual: **TuTech, Kasernenstrasse 12, D-21073 Hamburgo, Alemanha;** (<http://www.projekte.org/eeen>).

VIVIAN CASTILHO DA COSTA

Jornalista (1991), pela Universidade Gama Filho (UGF). Geógrafa (1999), pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Geografia (2002), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), onde está fazendo o seu doutoramento. Participa de projetos de Educação Ambiental formal e informal para comunidades da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Vem atuando na área de Geografia do Turismo, participando de palestras e publicando vários trabalhos sobre Educação Ambiental e Ecoturismo em Unidades de Conservação. Endereço: Av. Brigadeiro Tromposwsky, s/nº, CCMN, Cidade Universitária, Laboratório NEQUAT/GEOESTE, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ. Cep: 21491-590. Tel/Fax: 22343352. E-mail: viviancosta@bol.com.br

Apresentação

Este livro reúne uma série de textos que evidenciam a relação entre o ecoturismo e a essência do pensamento ambientalista, sobretudo, representado pela educação ambiental. A problemática ambiental promoveu a construção de novos valores culturais sobre a natureza no mundo contemporâneo. Tais valores englobam uma gama de perspectivas que em alguns casos se confundem em outros se camuflam um aos outros. Se por um lado, o ecoturismo como um segmento de mercado é decorrente da mercantilização dos valores ambientalistas, por outro lado é uma das trilhas que o movimento ambientalista tem encontrado para promover o intercâmbio cultural, distribuição de renda e inclusão social e a ampliação dos valores conservacionistas.

De forma geral a educação no mundo ocidental vem se desenvolvendo embutida ao longo da história do pensamento científico moderno, que em última análise se desencadeia na educação formal desenvolvida nas escolas e nas universidades e, portanto moldando o significado de ambiente para do mundo contemporâneo.

Assim como o ecoturismo, a educação ambiental como um movimento, uma dinâmica, um fenômeno social, engloba diversas linhas de pensamento e tem em comum um eixo temático: a crise ambiental, sobretudo no que se diz respeito aos significado da natureza, que se apresenta de forma contraditória em nossa sociedade. Por um lado, a natureza como recurso econômico, por outro como um novo valor humanista, onde o ser humano passa a se reconhecer como responsável e integrante da dinâmica e interconexões naturais. Além disso, se revela como ser social que explora outros humanos assim como outros recursos da natureza.

Neste livro são apresentados trabalhos que buscam clarear o significado do fenômeno ecoturístico. O texto *Ecoturismo com Educação Ambiental: Discursos e Práticas* de Alexandre de Gusmão Pedrini e Milta Fonseca Torgano apresenta uma revisão sobre o que se tem escrito e pesquisado sobre educação ambiental e ecoturismo no Brasil.

Walter Leal Filho apresenta um estudo de caso que aponta caminhos para o uso de práticas educativas no auxílio da manutenção da qualidade ambiental de um lugar turístico, a Costa Azul, hoje um dos setores mais importantes como fonte de recursos econômicos de Portugal.

Maria João Carneiro e Elisabeth Kastenholz tratam de outro estudo de caso em Portugal, agora em uma área especialmente protegida, mas, além disso, abordam e conceituam a interpretação ambiental, um dos procedimentos mais utilizados em unidades de conservação no Brasil, em que existam programas de uso público com alguma estrutura organizada para recepção de visitantes.

O texto *Educação Ambiental pelo Ecoturismo em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – RJ* de Nadja Maria Castilho da Costa e Vivian Castilho da Costa busca conceituar sob a ótica do turismo e do lazer o significado da educação ambiental e vão além, destacam a importância da Educação Ambiental nos planos de manejo de unidades de conservação que oferecem atividades de visitação e ecoturismo.

Finalmente, um tema que vem ganhando força nos últimos anos com o advento das novas tecnologias de comunicação é o ensino a distância, que aqui é apresentado por meio do estudo de caso do curso de especialização por tutoria à distância em Ecoturismo da Universidade Federal de Lavras (UFLA) por Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio.

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo, Doutor e Mestre em Geografia Física pela Universidade de São Paulo, Professor do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi-Morumbi e do Curso de Pós Graduação em Ecoturismo do SENAC -Águas de São Pedro (SP).

Introdução

O Ecoturismo quanto a Educação Ambiental são áreas do saber com limitadas pesquisas publicadas no Brasil. Principalmente quanto a estudos de casos realizados tanto no Brasil como em outros países não só latinoamericanos como europeus, asiáticos e africanos. Quando os dois temas se entrelaçam os resultados de pesquisas ou atividades de ensino são mais escassos. No entanto, na prática cotidiana podemos identificar muitas atividades não declaradas cientificamente, envolvendo os dois temas. Mas, por falta de definições de metodologias científicas que arrolem os dois campos de pesquisa muitos são os trabalhos que carecem de reconhecimento do meio acadêmico. Este comportamento sugere que o meio acadêmico se esforce para capacitar este novo campo de pesquisa de profissionais qualificados de modo que seus trabalhos cotidianos possam adotar o ritual que permita que as atividades tenham cientificidade e, assim, aceitação acadêmica.

Por outro lado, há intensa atividade ecoturística, empresarial ou não, que se pressupõe articulada com a Educação Ambiental, segundo discurso explícito ou não de seus promotores. Mas, este fenômeno não está amplamente estudado, pois o que pode ser observado em contato com o setor empresarial ecoturístico, participando ou não de sua programação é de que o casamento da EA com o Ecoturismo não vem ocorrendo. Deste modo, este livro se propõe a apresentar alguns casos da tentativa de se promover o Ecoturismo com Educação Ambiental e ser base para futuros debates nesta interseção de estudos tão interessante e fundamental para a economia.

ECOTURISMO COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL : DISCURSOS E PRÁTICAS

Alexandre de Gusmão Pedrini e Milta Fonseca Torgano

Introdução

O Ecoturismo com Educação Ambiental (EA), como área de pesquisa, no Brasil, tem sido alvo de preocupações recentes (SERRANO, 2000; AMÂNCIO; CARNEIRO & KASTENHOLZ e COSTA & COSTA, nesta coletânea). Ainda, se verificam alguns planejadores e guias ecoturísticos, adotando acriticamente manuais de ecoturismo como o formulado pela UNIÃO EUROPÉIA/EMBRATUR (1994) em que a EA não está internalizada ao turismo ecológico. Nesse manual, ecoturismo é conceituado como aquele que é desenvolvido em locais com potencial ecológico, de modo conservacionista, buscando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como, oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, em busca da formação de uma consciência ecológica. O mais criticável neste conceito naturalista é o de pretender apenas construir uma consciência ambiental e não a de mudar opiniões, hábitos e condutas do ecoturista espontâneo ou oriundo de pacotes turísticos. Há outros conceitos como os apresentados por IRVING (1998a) que são mais concretos e bem aproximados com os conceitos aceitáveis da EA. Seu conceito é o de que o ecoturismo deve ser uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental e capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma dada região. Deve ainda, pelo simbólico e do lúdico permitir a aprendizagem de novas atitudes de respeito aos valores ambientais e culturais, consolidando nova postura ética, respeitando a natureza e o “outro”, ou seja, os demais elementos das atuais e futuras gerações das sociedades humanas.

Este breve intróito ao tema mostra conflitos na conceituação de ecoturismo (vide GOMES, 1999), embora existam autores que já vem tentando acoplar o Ecoturismo com a EA, apesar das confusões conceituais e metodológicas nestas duas atividades individualmente e em conjunto.

O que mais se diz de interessante na bibliografia brasileira...

Em 1994, o governo federal (BRASIL, 1994) publicou as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. No entanto, esta política não foi criada até agora, mas as diretrizes funcionam como uma espécie de política implícita. Nelas, a EA não é citada explicitamente, mas de modo tímido como uma estratégia para a sensibilização pública para as questões ambientais, o que podemos considerar insuficiente. No conceito oficial de ecoturismo cunhado a EA se inclui, mesmo que de modo incipiente, buscando apenas a conscientização ambiental. A EA, tem dentre outros objetivos a mudança de posturas, comportamentos e condutas, adotando os pressupostos da EA das Conferências de Tbilisi e Moscou (cf. PEDRINI, 2001).

Mas, o meio acadêmico já estava sensibilizado com a questão do ecoturismo, pois ele está se desenvolvendo rapidamente sem um arcabouço teórico-metodológico que o sustente. Um exemplo da produção de conhecimento neste campo foi a devoção de um só número do periódico “Turismo em Análise” da Universidade de São Paulo no início de 1992, a este tema. Tendo como pano de fundo a Rio-92 o número dedicado ao ecoturismo abordou doze assuntos relevantes, mas nenhum deles abordou a EA como pressuposto para o desenvolvimento ecoturístico. No entanto, não deixou de ser um marco na trajetória do ecoturismo como área de reflexão acadêmica.

Anos mais tarde, os pesquisadores da área publicaram obras importantes, refletindo o aumento de preocupação acadêmica na área do ecoturismo e essa com a EA. Foram publicadas coletâneas como SERRANO & BRUHNS (1997), VASCONCELOS (1998), RODRIGUES (2000), o livro de SEABRA (2001), reunindo atores de diversos campos subjacentes ou de obras traduzidas como LINDBERG & HAWKINS (2001). Além disto, o meio acadêmico tem produzido monografias, dissertações e teses sobre o Ecoturismo. Exemplo é a dissertação de Patrício Melo GOMES (2000) em que ele fez uma releitura do ecoturismo praticado no Brasil. Em todas estas obras, a preocupação com a parte de planejamento cuidadoso e a gestão sócioambiental com a atividade ecoturística é patente.

A inserção da EA no campo das preocupações humanas é mais antiga, no Brasil, do que o Ecoturismo como campo institucionalizado do saber reflexivo, podendo ter-se uma idéia panorâmica da EA e de algumas de suas trajetórias no trabalho de PEDRINI (2001). Além disto, foi promulgada uma lei federal do Brasil de grande importância (BRASIL, 1999), a Política Nacional de Educação Ambiental (PONEA)-política explícita- que foi regulamentada pelo Decreto 4281 de 25 de junho de 2002 e que em conjunto com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo de 1994- política implícita -, constituem um referencial básico teórico para as práticas destes dois campos científicos.

No entanto, o Ecoturismo com a Educação Ambiental e vice-versa, embora discurso freqüente de quem os prega e fomenta (por exemplo, órgãos públicos) ou pratica (por exemplo : empresários, fazendeiros e ONGs) é uma das atividades sociais com pesquisas escassas, cujos relatos são raramente publicados em periódicos ou livros com visibilidade pública. Tanto, que em nosso levantamento bibliográfico pouco foi achado para a América Latina e o Brasil. Dentre o que foi achado, vale a pena ser destacado alguns escritos, a maioria teórica.

Em 1997, no evento “I Encontro Nacional de Turismo com Base Local” , cujos anais foram publicados posteriormente FIGUEIREDO (2000) propôs um modelo interessante de turismo e EA em unidades de conservação, valorizando a sabedoria popular e a científica. Neste mesmo ano, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) em colaboração com o Ministério de Educação e Desporto (MEC) organizaram a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (I CNEA). Deste evento, emanou a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, segundo MMA/MEC (1997). Esta declaração, alicerçada nos princípios clássicos de outras declarações internacionais de EA como a organizada pela UNESCO foi na cidade de Tbilisi na Geórgia, antigo estado da União Soviética. Dentre os signatários desta declaração estão

renomados especialistas da EA e da questão ambiental. Esta declaração foi derivada da discussão coletiva de profissionais que debateram, primeiramente, em suas regiões as problemáticas da EA e recomendações para equacionar os problemas e resolvê-los. Posteriormente, em Brasília, os relatos regionais foram apresentados e rediscutidos. A síntese de caráter nacional concluiu por dezenas de recomendações ao MMA e ao MEC, dentre as quais, delinear políticas de incentivo ao ecoturismo como alternativa do desenvolvimento sustentável realizada de forma responsável no contexto da EA. Esta recomendação tornou-se um marco do casamento entre a Educação Ambiental e o ecoturismo, no Brasil.

Em 1999, HARTMANN apresentou um trabalho em que o ecoturismo seria uma alternativa para a Educação Ambiental. Esse autor listou alguns obstáculos para o desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil de forma ordenada e articulada, segundo BRASIL (1994):

1. Ação deficiente dos empresários;
2. Ação político-governamental insuficiente;
3. Comportamento inadequado do ecoturista;
4. Pouca ou nenhuma atividade comunitária;
5. Fraca interação empresarial e interinstitucional;
6. Infra-estrutura deficiente ou inadequada para o ecoturismo;
7. Necessidade de profissionais capacitados;
8. Desconhecimento de critérios operacionais de sustentabilidade.

A partir da constatação destas deficiências HARTMANN (*op. cit.*) relatou duas experiências realizadas com um ônibus denominado BICHO DO MATO, a partir do município de Angra dos Reis. No entanto, não apresentou uma avaliação dos trabalhos e permaneceu a dúvida se ela pode superar os defeitos enumerados acima. De qualquer modo não deixa de ser um relato da tentativa de prática de ecoturismo com educação ambiental.

O grande marco da literatura brasileira, entrelaçando o Ecoturismo com a EA é a coletânea organizada pela pesquisadora Célia SERRANO (2000). Na sua obra, reúne muitos colegas de variadas visões profissionais, mostrando algumas experiências em diferentes contextos. Porém, antes já havia outras publicações, tratando do tema, mesmo que de modo esparso, como, por exemplo, o trabalho de CASCINO (2000), publicado em primeira edição em 1998. Este trabalho propõe um novo conceito na área, introduzindo o termo ECOLAZER que seria o ecoturismo com EA. Isto é, pressupõe uma educação sustentável que poderia ser traduzida como a inclusão da eco-reflexão, reconsiderando a figura do turista, do lazer e do espaço natural.

No entanto, aquele trabalho como outros não passaram de pura expressão de vontade dos seus signatários, pois praticamente nada de novo foi implementado, tendo por base a Declaração de Brasília. Essa, é mais uma no rol de outras tantas declarações que periodicamente enchem o coração dos educadores ambientais e pesquisadores em ecoturismo por novas perspectivas e ações, principalmente, por parte dos governos. PEDRINI (2001) demonstrou que este mesmo

comportamento ocorre na EA no plano internacional, em que, já existem declarações como as de Tbilisi, Moscou, Belgrado e Tessalonique, mas pouco tem sido feito pelos governos para a mudança de hábitos e posturas nos diversos países signatários.

CASCINO (1998), IRVING (1998) e SANSOLO (1998) em recente coletânea sobre Turismo e Meio Ambiente salientaram a convergência entre o ecoturismo e a EA. Além de publicações em livros, periódicos e anais vem aumentando a publicação de textos na Internet. Vale destacar, além do que já foi citado os trabalhos de BERTINI(2001), NEIMAN (2001) e MANOSSO (2001) na Internet e o de MORETTI (2000) nos anais de um evento de turismo. Todos os trabalhos destacam o ecoturismo e EA como um novo paradigma para o desenvolvimento econômico e social brasileiros. Há inclusive, uma lista de discussão na Internet (Educação Ambiental e Ecoturismo), criada pelo primeiro autor deste ensaio no endereço: www.grupos.com.br/grupos/eaecoturismo. Esta lista prega a discussão em caráter nacional e internacional desta nova proposta de paradigma.

No contexto da EA o ecoturismo é incentivado como prática a ser desenvolvida na educação não formal no seio da coletividade humana, segundo a lei federal número 9.795 de 27 de abril de 1999 que criou a Política Nacional de Educação Ambiental (PONEA). No estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1999), existe a lei de número 3225 publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1999 que dispõe da Política Estadual de Educação Ambiental do estado do Rio de Janeiro. A lei, apesar de sua visão naturalista, prevê em seu artigo 14 que a EA não-formal são ações e práticas educativas, visando à sensibilização, organização, mobilização e participação da coletividade na defesa da qualidade do meio ambiente, sendo assim, incentivada pelo Poder Público através do ecoturismo, dentre outras atividades. Deste modo, o ecoturismo é uma prática intrinsecamente desejada de ser realizada com a EA.

TULIK (1992) num trabalho sobre ecoturismo publicado no Brasil na década de noventa quando ele passou a ser estudado como fenômeno social, tratou-o criticamente. Mostrou esta forma de turismo “alternativo” como uma atividade que também não seria de acesso a todas as camadas sociais, incluindo dentre estas os hotéis de lazer “resorts” que aliam atividades físicas ao conforto moderno.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar se, empiricamente, a Educação Ambiental é realmente praticada em atividades de ecoturismo, realizadas tanto em contexto litorâneo como interiorano brasileiro.

Como fizemos...

Foi adotada a abordagem qualitativa bem discutida em seus valores em confrontação com a quantitativa, nos livros de MINAYO (1992) e CHIZZOTTI (2001). Foram feitos dois estudos de caso. Este tipo de abordagem - o estudo de caso -, segundo GIL (1991) e PEDRINI (submetido) se caracteriza pela pesquisa aprofundada e exaustiva de um ou poucos objetos, de forma a conhecer de modo amplo e detalhado o objeto. Parte do princípio de que a análise de uma unidade de determinado universo permite a compreensão da generalidade do mesmo ou dá as bases para um

estudo mais preciso posteriormente. Segundo CASTRO (1977) o estudo de caso é primeiramente interessante não pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo.

O estudo do primeiro caso foi num “resort” localizado no litoral do estado do Rio de Janeiro, durante um “pacote turístico” realizado em 1999. Neste pacote havia um “passeio ecológico” promovido por uma organização não governamental (ONG) denominada de Instituto Ecológico, cujos donos são também sócios do “resort”. O trabalho se concentrou neste passeio. O segundo caso foi no “Projecto Vivo” proposta de compatibilização entre a pecuária, o ecoturismo e a educação ambiental. É realizado num Hotel-Fazenda no município de Bonito, estado do Mato Grosso do Sul. A pesquisa foi feita em 2002.

As seguintes estratégias foram utilizadas para a coleta de dados: a) Observação Participante (OP); b) Entrevista com roteiro semi-estruturado (E); c) História de Vida (HV); d) Análise de Conteúdo de textos de divulgação (AC). Utilizando-se estas quatro estratégias de coleta de dados, pode-se fazer a triangulação na análise posterior de dados, segundo TRIVIÑOS (1987) e BECKER (1994) que sugerem que toda pesquisa de campo deva ter. Isto se adequa tanto para as abordagens qualitativas do presente trabalho quanto para as quantitativas. Metodologia similar foi adotada por SORRENTINO (1997) e trabalhos em PEDRINI (2002).

Para a coleta de dados com a observação participante adotou-se basicamente o conceito de SCHWARTZ & SCHWARTZ (1955), em que, o observador é parte do contexto observado, modificando e sendo modificado pelo segundo. Estando face a face com os sujeitos observados, no seu cenário cultural, o observador coleta dados. Segundo MINAYO (1992) o conceito de observador-participante seria nomeado observador-como-participante que é uma estratégia complementar a adoção de entrevistas com os “atores”, visando a coleta de dados. É uma observação quase formal, em espaço curto de tempo, mas válida e, portanto, utilizada neste trabalho.

Dois tipos de entrevistas foram feitas: uma aos funcionários e outra aos hóspedes dos hotéis participantes ao final das atividades. Os roteiros das entrevistas seguem, em anexo, a este texto. Para o uso de entrevistas como instrumento de coleta de dados vale a pena consultar as obras de GOODE & HATT (1979), GIL (1991), LAKATOS & MARCONI (1991) e de BECKER (1994) onde várias armadilhas a que o entrevistador (pesquisador) são apresentadas e propostas soluções adequadas.

Uma breve problematização será feita sobre a entrevista como estratégia de coleta. GOODE & HATT (1979) fazem uma discussão aprofundada da entrevista como técnica de coleta de dados, inclusive, analisando situações reais tanto pelo lado do entrevistado/informante quanto do entrevistador/pesquisador o que faz esta obra de fundamental interesse para pesquisadores sociais iniciantes. GIL (1991) define entrevista como a técnica em que o pesquisador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula questões, com o objetivo de obter dados de interesse para a pesquisa. É uma forma de interação social, uma espécie de diálogo assimétrico, em que uma parte busca a coleta de dados/informação e outra que é a fonte de dados/informação. LAKATOS & MARCONI (1991) apresentaram vantagens e limitações para o uso da técnica de coleta de dados

pela entrevista. Dentre as primeiras verificadas no presente trabalho vale ressaltar as seguintes: a) pode ser utilizada com qualquer pessoa que saiba se expressar oralmente, incluindo analfabeto em português; b) possibilita a obtenção de dados não encontrados nos documentos consultados e não percebidos na observação participante, maximizando a abordagem metodológica; c) há a possibilidade de se conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, imediatamente, as discordâncias; d) permite maior oportunidade de se avaliar atitudes, condutas, podendo ser registrado o que se observa neste tipo de abordagem; e) oferece maior flexibilidade, pois o pesquisador pode repetir suas questões ou esclarecer pontos inconspícuos nas perguntas. Dentre as desvantagens que devem ser minimizadas ou superadas, vale apontar as seguintes : a) dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes; b) possibilidade do pesquisador influenciar o entrevistado, consciente ou inconscientemente; c) preguiça do entrevistado em responder às perguntas; d) retenção de dados importantes face o receio do entrevistado de ser identificado posteriormente; e) incapacidade do entrevistado de compreender adequadamente o que foi perguntado, levando a responder o que não foi perguntado. Apesar, do que LAKATOS & MARCONI (1991) problematizaram sobre a entrevista, ela ainda é a melhor técnica de coleta de dados do que o questionário, por exemplo, para este tipo de pesquisa.

A História de Vida é uma estratégia de coleta de dados pouco usada na Educação Ambiental (cf. BRITO, 2001). Segundo MINAYO (1992) a HV pode ser escrita ou verbalizada. Em nosso estudo, foi inicialmente verbalizada e depois escrita. Foi selecionada ao invés da entrevista, pois o informante era uma pessoa muito tímida e simples, sendo esta técnica se mostrado mais adequada. De fato, foi também uma estratégia de coleta de dados complementar a outros informantes. MINAYO (1992) problematiza esta estratégia de coleta.

Para a análise dos dados coletados pela OP, HV e E foi adotada a Análise de Conteúdo (AC), segundo BARDIN (1995). Este tipo de análise é o mais organizado desta técnica fartamente adotada na análise de textos. A AC é uma opção de validação metodológica em que identifica a percepção dos conteúdos latentes e intuições não passíveis de quantificação, além dos conteúdos manifestos (conspícuos) dos textos em linguagem natural. Esta obra, publicada por uma editora portuguesa se propôs a ser um manual para estudantes e profissionais das ciências humanas e é recomendada para adoção pela sua clareza e objetividade.

O que aconteceu...

1. No Resort Litorâneo Fluminense

O passeio chamado “ecológico” , na realidade, era uma caminhada de cerca de uma hora por uma trilha estreita com placas aos seus lados, cujos dizeres eram frases de “marketing” para a conservação ambiental. Por onde as pessoas passavam o chão era de terra batida cercada lateralmente por espécimes de arbustos de restinga sem aves ou outros animais típicos do bioma visitado. Ao final da caminhada chegou-se a uma praia deserta perto de uma reserva biológica costeira particular. Neste momento, foi feito um lanche e se conversou sobre as belezas locais. Em

nenhum momento se observou uma atividade que se propusesse transferir conhecimentos sócioambientais contextualizados. Ou mesmo, visando sensibilização ou mudanças de hábitos e posturas, como deveria ser uma atividade de EA num espaço não formal, como está previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (PONEA), segundo BRASIL(1999). Havia também uma casa com macacos presos, cuidadosamente alimentados. Havia notícias de trabalho com escolas, mas nada que se pudesse fazer uma análise mais detalhada.

Os dados retirados das entrevistas (80% de argentinos e 20% de brasileiros) que tinham como objetivo principal verificar se tanto os guias de ecoturismo como os hóspedes tinham algum conhecimento sobre ecoturismo ou EA prévio ou posterior ao passeio ecológico confirmou o que se esperava. A análise dos dados (que foram poucos, pois a maioria das perguntas não foram respondidas) permitiu perceber uma visão naturalista das questões ambientais em que o homem não estava inserido, tanto na visão dos guias como na dos hóspedes. O desconhecimento da legislação ambiental e ecoturística, conceitos, finalidades e impactos tanto negativos como positivos sobre ecoturismo e EA foi marcante. De fato, os guias apresentaram um discurso preservacionista "... continuamos nossa caminhada perseverando e lutando por um Mundo Melhor para todos : plantas, homens e passarinhos...", mas não vivendo todos em conjunto e sem uma proposta consistente. Ou ainda, conceituando o ecoturismo como "...uma atividade econômica, um negócio lucrativo, porém deverá ser minuciosamente planejada para não ocasionar resultados inversos como impacto ambiental e não prejudicar no desenvolvimento sustentável do lugar." Um discurso coerente, mas, em tese, pois o lucro advindo desta atividade não promove desenvolvimento auto-sustentável. Aponta que participa de sua comunidade participando de uma Escola Comunitária não formal, em que as crianças que lá afluem conhecem "coisas novas". Deu para perceber que é mais uma atividade de marketing ambiental, pois não foram mostradas suas atividades nem uma avaliação do que se alcança com esta "Escola".

Os entrevistados crêem também que o ecoturismo deve ser uma ferramenta para a Educação Ambiental, porém com um discurso apelativo "...porque só amamos aquilo que conhecemos e a partir do contato com o verde temos uma outra consciência com a natureza..." . Sabemos que a natureza envolve outras cores, incluindo a humana que não é nem um pouco "verde". Dentre os hóspedes, a tendência se repete "... ecoturismo são estes momentos que passamos conhecendo e aprendendo sobre a vida vegetal e animal de cada região". Ou difundir a proteção, observar e conhecer o meio ambiente.

Porém, o que mais se destaca nas respostas dos entrevistados é que todos mostraram seu amor à natureza e aos homens. No entanto, consideraram que a EA, não é uma responsabilidade de todos, por exemplo, "... sempre tive respeito pela natureza e muita admiração, tento preservá-la da maneira que posso que é não destruindo-a, porém não trabalho com este processo de conscientização para os outros" .

Concentrando as análises principalmente nos guias turísticos, pode-se perceber que, apesar de terem consciência da preservação ambiental local, não souberam aproveitá-lo como contexto para construir uma metodologia de abordagem para o seu discurso "ecológico". Entendem

o ecoturismo como uma atividade sustentável que deve dar lucro e que seja uma “indústria não poluente”. Porém, o “resort” joga seus resíduos sem nenhum tratamento próximo a praia que utiliza para dar lazer aos seus hóspedes. Entendiam que o ecoturismo pode ser uma ferramenta para a EA, porque “... só amamos aquilo que conhecemos e a partir do verde temos uma outra consciência com a natureza e nos transformamos em protetores, zelando por tudo que a pertença”. Assim, com esta percepção naturalista do que seja o meio (apenas “verde”) criam que participavam de um trabalho de ecoturismo com EA. Pelo que podemos observar neste relato, há boa intenção dos guias pertencentes ao Instituto Ecológico, mas a emissão de esgotos domésticos próximo a praia dos ecoturistas contrariava todo o discurso ecoturístico e obviamente de educar ambientalmente pessoas.

2. Na fazenda em Bonito

Bonito é um município do estado do Mato Grosso do Sul, próximo ao Pantanal-Sul. Segundo VARGAS (2001) a atividade turística em Bonito foi implementada quando a de agropecuária entrou em crise, induzindo a economia a uma nova situação. Segundo BOGGIANI (2001) um dos primeiros fatores que facilitou o desenvolvimento do ecoturismo em Bonito foram suas belezas naturais. Dentre estas, os autores deste trabalho presenciaram grutas, cachoeiras belíssimas, “rafting” e mergulho com garrafa ou em apnéia. Este possibilitava a visão subaquática de densa e variada vegetação aquática e deslumbrante e mansa ictiofauna. VARGAS (1998) dentre outros autores vem estudando a atividade turística e seus desdobramentos sociais e econômicos. Esta autora desenvolveu, provavelmente, o primeiro estudo da Educação Ambiental em Bonito e cercanias. Trata-se de sua dissertação de mestrado pelo Departamento de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Neste estudo, a autora analisou o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável, propondo atividades de Educação Ambiental.

Vários são os atrativos ecoturísticos em Bonito. No entanto, o Projecto Vivo nos pareceu o mais original. Os donos do projeto, em 1995, contrataram uma firma de consultoria em ecoturismo que planejou e realizou atividades no ramo para o Hotel-Fazenda. A proposta do Projecto Vivo, em termos práticos, de ecoturismo com EA, começava com uma cavalgada, em que, um sábio e vivido funcionário do Hotel-Fazenda expunha todo o seu trabalho de dezenas de anos naqueles campos cheios de gado bovino. Mostrava as várias fases, pelas quais, o gado era tratado com a intenção de produção e venda de bezeros, cujo leite de suas mães era-lhe totalmente dedicado. O gado também era tratado com sal homeopático. O pasto era usado, utilizando-se o sistema de “voisin”. Este, era usado de modo que quando um pasto estivesse pobre em vegetação e rico em esterco ele era vedado ao gado. O pasto ao lado que ficara sem gado para que sua vegetação pudesse se recompor passava, então, a receber o gado e o anterior ficava para crescimento vegetal. No sistema “voisin” o pasto foi subdividido em retângulos com cerca eletrificada a base de energia solar que também beneficiava os chalés do Hotel. Deste modo, não é necessário o desmate de mata nativa para a obtenção de extensos pastos. Esta, já é uma atitude elogiável, pois cerca de

50% do terreno da fazenda era mantida como mata. Isto se deve a um interessante fato, pois além da Reserva Legal, obrigada por lei e nem sempre respeitada por pecuaristas, se somava uma grande extensão de uma Reserva Florestal nativa e a uma “Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN)”, esta, com 88 hectares.

Prosseguindo, a cavalgada terminava num pomar que foi projetado para ter frutas o ano inteiro, afim de que no final da cavalgada houvesse material para uso didático, além de se poder ter o prazer de retirar uma fruta do pé e saboreá-la. Reúne árvores como jaca, jambo, serigüela, acerola, fruta-de-conde, manga (enormes, por sinal), maçã, pitanga, goiaba, dentre outras. Plantas medicinais como boldo, erva-cidreira e capim-limão e outras plantas. Havia também plantas que tinham defesas químicas a determinadas pragas, fornecendo ao pomar um inseticida natural. Este local, mostrava como era possível compatibilizar fisicamente diferentes terrenos e utiliza-los para mostrar a diversidade vegetal de interesse direto ao ser humano.

Após o almoço, reiniciavam as atividades com uma caminhada nas trilhas da mata ciliar do Rio Formoso (célebre nas atrações ecoturísticas da cidade de Bonito) que passa dentro da RPPN. Após, se iniciava um passeio de bote pelo mesmo rio com total segurança, simulando um modesto “rafting”, pois passava-se apenas por uma curta corredeira. Este rio tinha águas limpas e transparentes, correndo sobre seixos rolados com cianófitas crostosas. Cobrindo galhos submersos haviam algas filamentosas, como rodófitas azuladas do gênero *Batrachospermum* na sua fase *Chantransia*. Num determinado momento foi possível um delicioso banho de rio. Em seguida, o passeio terminava na confluência do Rio Formoso com o Rio Miranda de águas bem turvas e caudalosas, sendo que as duas águas não se misturavam por longo trecho.

Voltando a sede do Hotel, com muitos mosquitos, oferecia-se aos ecoturistas que fossem crianças a participação em uma oficina de reciclagem de papel. Esta, era guiada por uma das funcionárias da fazenda, que permitia a observação dos ecoturistas adultos pais ou não das crianças. Em paralelo, os adultos desinteressados pela oficina de reciclagem aproveitavam uma piscina convencional. E assim, terminava o “passeio ecológico”. Todos muito gentis e alguns com sabedoria popular bem definida.

Mas, as atividades do PV tinham desdobramentos. Suas pretensões eram de realizar trabalhos com a comunidade humana da cidade de Bonito e estarem abertos a comunidade científica para estudos sócio-ambientais. Dentre os trabalhos com a comunidade poder-se-ia exemplificar com o Projeto Reciclagem que envolvia alunos de todas as quarta-séries das escolas municipais, estaduais e particulares. Este projeto teve início em agosto de 1999. Envolveram cerca de 550 alunos com o apoio da Secretaria Municipal de Educação. Além deste projeto havia outro de plantio de mudas de árvores em volta das escolas com a doação de grades protetoras com o logo do Projecto Vivo. Participavam ativamente os professores e alunos que eram orientados por uma técnica em turismo (SOUZA, 2002). Dentre todas as atividades o objetivo final era avaliado através dos professores que relatavam mudança de comportamento dos alunos. Em relação ao apoio a cientistas foi relatado que biólogos estiveram estudando aves e insetos, incluindo entidades muito respeitadas como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Em nosso trabalho adotamos entrevistas para coletar dados do contexto. Os participantes foram de 100% brasileiros, sendo cerca de 40% de guias e uma também gestora. Igualmente com o caso do resort a maioria das perguntas não foram respondidas. Principalmente aquelas que tratavam de conceitos, métodos e das políticas explícitas e implícitas, tanto da EA como do Ecoturismo. Neste caso, ao contrário do resort a visão naturalista foi substituída por outra mais humanista, incluindo o Homem como objetivo final do processo, mas compatibilizado com seu meio. O discurso dos guias neste caso, humanista, foi diferente dos do resort, embora os dados obtidos dos ecoturistas fossem naturalistas.

Tais afirmações podem ser verificadas no depoimento “...ecoturismo significa um turismo onde a comunidade é incluída no processo de turismo.....com resgate da cultura, tradições,....”. Isto mostra, a visão contextualizada da guia, em que o ecoturismo precisa abranger a cultura humana local, envolvendo outros compartimentos sócio-ambientais. Porém, no depoimento de um ecoturista “...este passeio não me modificou em nada....vim só para usufruir de um passeio...”

Tal resultado sugere, que, talvez o esforço institucional através de seus guias possa não estar sendo adequadamente avaliado, pois nada foi encontrado arquivado no PV. Porém nada que desmereça ou que estimule sua desistência. Apenas, a necessidade de incluir na equipe um Educador Ambiental com competência em Avaliação de Desempenho que pode ser de modo formal por escrito ou lúdicos, por brincadeiras e jogos.

Estas atividades sugerem que de fato se realizava um ecoturismo com educação ambiental. Mas, atualmente não se observou nenhuma atividade com a comunidade, além do que os passeios são feitos sem nenhum aproveitamento da exuberância e da infra-estrutura disponível para se realizar a educação ambiental tão discursada. Parece que a existência de um Educador Ambiental com sólidos conhecimentos teórico-práticos, em horário integral, residente ou não no Hotel Fazenda resolveria este impasse. Este que se mostra como uma falta de aproveitamento de uma grande infra-estrutura montada e praticamente nenhum aproveitamento por falta de técnico especializado. E o futuro? Caberá a nós procurarmos seus donos e os estimularmos de novo para que este exemplo do passado se repita? O que devemos fazer?

À guisa de Conclusão

As práticas estudadas nesta pesquisa não são derivadas de nenhum referencial teórico, advindo dos guias de “ecoturismo”. De fato, desconheciam do que se tratava. Quanto ao conceito e finalidades da EA no ecoturismo afirmaram que pretendiam possibilitar uma conscientização ecológica e mudança de atitudes. Porém, o modo como abordavam a EA, de fato, jamais possibilitaria que este intento fosse atingido, tanto pela ausência de um arcabouço teórico-metodológico como pelo paradoxo que era o “resort”. Apenas no Projecto Vivo os guias e pessoal técnico tinham uma visão humanista. Porém, os turistas não conheciam nada sobre ecoturismo nem sabiam conceituá-lo nem imaginar como deveria ser uma atividade ecoturística com EA.

Assim, não podiam exigir algo além de um passeio na natureza silvestre, agradável e divertido.

Deste modo, as práticas de “ecoturismo” e sua respectiva “EA” não aderem totalmente a nenhum dos diplomas legais governamentais. Quer seja no plano ecoturístico representado pelas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo como pela Política Nacional de Educação Ambiental.

Agradecimentos

Aos gerentes e equipes do resort do Rio de Janeiro e da fazenda de Mato Grosso do Sul e ao Prof. Luis Afonso Figueiredo da Fundação Santo André, estado de São Paulo por suas valiosas críticas a primeira versão deste ensaio, quando só tinha um estudo de caso. A Profa. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais por sua cuidadosa leitura crítica do texto final.

Bibliografia Citada

AMÂNCIO, C. O da G. O ensino a distância da Educação Ambiental direcionado para o Ecoturismo: o caso do curso de especialização por tutoria a distância em ecoturismo da UFLA/FAEPE. In: PEDRINI, AG (Org.) **Repensando o Ecoturismo a luz da Educação Ambiental**. (nesta coletânea).

BANDUCCI JÚNIOR, A & MORETTI, E. C. **Qual Paraíso?; Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande, UFMS, e São Paulo: Chronos, 2001. 205 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 225 p +Índice.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. 178 p.

BERTINI, M. A **Ecoturismo com Educação Ambiental: Um Paradigma Sócio-Ambiental**. Disponível em: educação_ambiental@grupos.com.br, em 15/08/2001, 2 p.

BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, A; MORETTI, E. C. **Qual Paraíso?; Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande, UFMS, e São Paulo: Chronos, 2001, p. 151-168.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, EMBRATUR, 1994, 48 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/Ministério da Educação.

CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1, 1997, Brasília. Anais...(Declaração de Brasília para a Educação Ambiental). Brasília, 1997, 88 p.

_____. Lei n 9795 de 27/04/1999 que dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 4 p. (prospecto).

BRITO, M. C. C. de **Elaboração participativa de uma AGENDA 21 da comunidade caiçara do pouso da Cajaíba, Piracicaba, São Paulo**. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, 150p.

CASCINO, F. Pensando a relação entre Ecoturismo e Educação Ambiental. In: VASCONCELOS, F. P. (Org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará (UECE), 1998, 265-279 p.

_____. Ecolazer e Educação Ambiental: uma inegável relação. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M. ; BARCELOS, V. H. De L. (Orgs.) **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, 2 ed., p. 85-97.

CASTRO, C. de M. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 156 p.

CARNEIRO, M. J. & KASTENHOLZ. O potencial papel da interpretação na educação ambiental dos ecoturistas: o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Portugal. In: PEDRINI, AG(Org.) **Repensando o Ecoturismo a luz da Educação Ambiental** (nesta coletânea).

CHIZZOTTI, A **Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. São Paulo: Cortez, 2001. 164p.

COSTA, V. C. da C. & COSTA, N. M. C da. Educação Ambiental pelo Ecoturismo, em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o Parque Estadual da Pedra Branca(PEPB)-RJ. In: PEDRINI, AG(Org.) **Repensando o Ecoturismo a luz da Educação Ambiental** (nesta coletânea).

FIGUEIREDO, L. A V. de. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas; aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, A B. (Org.) , 2 ed., **Turismo e Ambiente; Reflexões e Propostas**. São Paulo: Hucitec., 55-67 p.

GIL, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1991. 207 p.

GOMES, P. M. **(Eco)Turismo: uma (re)leitura dos discursos**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2000, 100 p.

GOODE, W. L. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo, Nacional, 7 ed., 1979. 488 p.

HARTMANN, F. Ecoturismo : uma alternativa para a Educação Ambiental. In : MATA, S. F.; GAVAZZA, S.; ALMEIDA, M. C. M. de; OLIVEIRA, C. L. de ; BARROS, R. . (Orgs). **Educação Ambiental : compromisso com a sociedade**. Rio de Janeiro, MZ Editora, 1999 (Anais do VIII Seminário de Educação Ambiental em 29/30 de setembro e 1 de outubro de 1999, no Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro), p. 200-204.

IRVING, M. de A Educação Ambiental como premissa ao desenvolvimento do ecoturismo. In: MATA,, S. F. da, GAVAZZA, S., ALMEIDA, M. C. M. ; OTTONI, A B. (Orgs.) **Educação Ambiental; Desafio do século: um apelo ético**. Rio de janeiro, Ed. Terceiro Milênio, 1998a (Anais do VII Seminário de Educação Ambiental em 7-9 de outubro de 1998, no Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro), p. 277-281.

IRVING, M. de A Educação Ambiental como premissa ao desenvolvimento do ecoturismo. In: VASCONCELOS, F. P. (Org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 1998b, p. 295-302.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 3 ed., 1991. 270 p.

LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (Eds.) **Ecoturismo; um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 3 ed., 2001. 292 p.

MANOSSO, F. C. **O Ecoturismo e a Educação Ambiental como atividades norteadoras do desenvolvimento econômico e social**. Disponível em: <http://www.turismoeprogresso.hpg.ig.com.br/n2/n2ecoturismo.htm>; Acesso em 25/10/2001, 10 p.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo:Hucitec/ABRASCO, 1992. 269 p.

MMA/MEC. **I Conferência Nacional de Educação Ambiental** (Declaração de Brasília para a Educação Ambiental). Brasília (DF), 1997. 88 p.

MORETTI, S. A. **A Atividade Turística no município de Jardim-MS e as possibilidades e limites da Educação Ambiental**. Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 15-8/11/2000, Joinville (SC), 4, Anais, 7 p.

NEIMAN, Z. **Ecoturismo e Educação Ambiental** : Caminhos para uma nova consciência da Comunidade Universitária. Cadernos de Turismo da UNIABC (SP), n. 2, Out. de 2001. Disponível em : <http://www.uniabc.br/cadernos/turismo2/ecoturismo.htm>; Acesso em 1/10/2001.

NOAL, F. O., REIGOTA, M. ; BARCELOS, V. H. De L. (Orgs.) **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, 2 ed. 263 p.

PEDRINI, A de G. Trajetórias em Educação Ambiental. In: PEDRINI, A de G. (Org.) **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 4 ed., 2001, p. 21-87.

_____ (Org.) O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002. 267 p.

_____ ; DE-PAULA, J. C. Educação Ambiental: Críticas e Propostas. In: PEDRINI, A de G. (Org.) **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 4 ed., 2001, p.88-145.

PEDRINI, AG. O estudo de caso como unidade operacional. In: PEDRINI, AG. **Metodologias em Educação Ambiental; um caminho das pedras**. Submetido a Editora Vozes, 2002.

RIO DE JANEIRO. Lei n 3.325 de 17//2/1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) e complementa a Lei Federal n. 9795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro, Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro de 30 de dezembro de 1999, 4 p. (prospecto).

RODRIGUES, A B. (Org.) **Turismo e Ambiente**; Reflexões e Propostas. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 177 p.

SANSOLO, D. G. Educação Ambiental, Turismo e Conservação. In: VASCONCELOS, F. P. (Org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998, p. 280-294

SCHWARTZ, M.; SCHWARTZ, C. G. "Problems in Participant Observation" **American Journal of Sociology**, v. 60, p. 343-353, 1955.

SEABRA, G. **Ecos do Turismo; o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001. 95 p.

SERRANO, C. M. T. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. M. T. (Org.) . **A educação pelas pedras; ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo:CHRONOS, 2000, p. 7-24.

_____. **A educação pelas pedras; ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: CHRONOS, 2000. 190 p.

_____; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Viagens a Natureza; turismo, cultura e Ambiente**. Campinas: Papirus, 2 ed.,1999. 150 p.

SORRENTINO, M .Educação Ambiental: um estudo de caso. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs) **Educação Ambiental; caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997, p. 43-54

SOUZA, Franziska M. Entrevista concedida a A de G. Pedrini e M. F. Pedrini, em Bonito (MS), em 07 de fevereiro de 2002.

TRIVIÑOS, A N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais; a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.175 p.

TULIK, O. Turismo e Meio Ambiente; Identificação e Possibilidades da Oferta Alternativa. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 21-30, 1992.

UNIÃO EUROPÉIA/EMBRATUR. **Manual de Ecoturismo**. Brasília, 1994. 48 p.

VARGAS, I. A de. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito-MS: elementos de análise para uma educação ambiental**. Campo Grande :Depto de Educação-UFMS (Dissertação de Mestrado), 1998.

_____. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A ; MORETTI, E. C. **Qual Paraíso?; Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande, UFMS, e São Paulo: Chronos, 2001, p. 127-149.

VASCONCELOS, F. P. (Org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 1998. 302 p.

Anexo

Roteiro de entrevista para os clientes “ ecoturistas”

Nome _____ Sexo: M [] F [] Idade: _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Cidade/Estado/País de origem : _____

Porque veio a este hotel?

O tema socioambiental o sensibiliza?O que tem feito para melhora-lo?

O que o tema meio-ambiente significa para você?

O que significa ecoturismo para você?

Acredita que o ecoturismo contribui para a educação ambiental?

Esta atividade que está participando ou o conjunto delas estão permitindo pensar e transformar sua conduta e postura em relação a nosso planeta? Sabe como medir uma eventual mudança na sua conduta?

Fale o que deseja.

Roteiro de entrevista para guias de ecoturismo

Nome _____ Sexo : M [] F [] Idade: _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Cidade/Estado/País de Origem : _____

O tema socioambiental o sensibiliza?O que tem feito para melhora-lo?

O que o tema meio-ambiente significa para você? E Ecoturismo?

Acredita que o ecoturismo contribui para sua Educação Ambiental?

Esta atividade que está participando ou o conjunto delas estão permitindo pensar e transformar sua conduta e postura em relação a nosso planeta? Sabe como medir uma eventual mudança na sua conduta?

Você conhece a Proposta de diretrizes para uma Política Brasileira para o Ecoturismo?

Quais são os objetivos do ecoturismo que pratica?

Qual o referencial teórico-metodológico de sua prática?

Qual o seu conceito de desenvolvimento sustentado que prega em suas atividades?

Quais são os impactos positivos e negativos que o ecoturismo que pratica traz a comunidade da cidade onde o resort está situado?

Qual o conceito e finalidades da Educação Ambiental que prega em sua prática com o ecoturismo?

Em que o ecoturismo tem contribuído para a Educação Ambiental de seus clientes?

Fale o que deseja.

A EDUCACAO AMBIENTAL APLICADA AO TURISMO - EXPERIENCIAS DA COSTA DA CAPARICA, PORTUGAL

Walter Leal Filho

Introducao

Portugal é o país mais ocidental da Europa. O país onde o continente Europeu encontra o Atlântico e onde o sul é sol, litoral, tradição e hospitalidade. A Região de Turismo da Costa Azul abrange 5,6% do território e 7% da população portuguesa e ao longo de 5.100 Km² apresenta uma diversidade de paisagens e de ambientes absolutamente notáveis.

O território da Costa Azul é um painel do melhor que existe em Portugal. O espectacular litoral no imenso Atlântico, dois rios e dois estuários, montanha e vegetação, interior e planície, praias e sol, acompanham e caracterizam, toda a Costa Azul.

Na região se encontram 47 unidades hoteleiras, 14 casas de turismo de habitação, 25 parques de campismo. 24 agências de viagens, 4 campos de golfe e 23 empresas de animação tratam de tudo o que é preciso para o bem viver dos turistas. Aproximadamente 10.000 camas turísticas proporcionam todas as opções em todos os locais e as 700.000 dormidas/ano na hotelaria e 1.600.000 em parques de campismo fazem da Costa Azul um destino de férias qualificado e tranquilo, de lazer ou de fim-de-semana. Dentre aos elementos que descrevem o patrimonio cultural e histórico da área, os seguintes podem ser mencionados:

- Castelo de Sesimbra
- Castelo de Palmela
- Castelo de Alcácer do Sal
- Castelo de Santiago do Cacém
- Fortaleza de S. Filipe (Setúbal)
- Muralhas de Setúbal
- Forte de Albarquel
- Fortaleza de Sant'iago do Outão

- Forte da Arrábida
- Forte de S. Teodósio ou da Ponta do Cavalo (Sesimbra)
- Fortaleza de Santiago de Sesimbra
- Castelo de Sines
- Ilha do Pessegueiro

A figura 1 oferece uma visao geral da regioao.



Figura 1- Região da Costa Azul, Portugal.

No contexto da Costa Azul se encontra a região da Costa da Caparica, que situa-se em uma famosa área de praia próxima a Lisboa. Eleita desde há mais de 30 anos como preferida dos habitantes da capital portuguesa, a Costa de Caparica é conhecida pela vastidão do seu areal (mais de 25 Km), pela limpidez das suas águas atlânticas e pela qualidade do peixe e marisco em que o seu mar é pródigo. A Costa da Caparica é uma estância balneária de todo o ano. Ela fica apenas a 20 minutos do centro de Lisboa e a 30 minutos do seu Aeroporto Internacional, o que confere a ela a característica única de ser simultaneamente ideal para quem procura férias na praia e para quem, em negócios ou viagens de trabalho, pretende estar próximo à capital portuguesa.

As principais funções da Região de Turismo da Costa Azul são a promoção, a animação e a coordenação do fluxo de visitantes. A promoção é genericamente a construção da imagem turística da Costa Azul e a divulgação dos seus recursos, potencialidades e dos produtos turísticos. A presença em feiras e certames turísticos em Portugal e nos principais mercados externos emissores de fluxos turísticos para a Costa Azul é uma das prioridades assim como a edição dos mais variados materiais informativos, educacionais promocionais.

Metodologia

A literatura evidencia o fato de que as conexões entre o objetivo de se promover o desenvolvimento sustentável e problemas reais como a degradação ambiental do turismo são fortes. O trabalho de autores como Carley, & Christie (1992), Hatfield e Evans (1996) na área de manejo do desenvolvimento sustentável, se relaciona com trabalhos na área de aprendizagem ambiental tais como os de Clayden Desforges, Mills e Rawson (1994), Ester e Winnet (1981), Fox (1990), Monroe (1991), Orr (1994), Schiefele (1991) e Smith (1992) onde se mostra que as barreiras na implementação não são impossíveis de serem vencidas, se houver interesse e dedicação.

O papel da educação ambiental como definido por Ham e Sewing (1987) é importante na área de turismo ecológico ou turismo sustentável e trabalhos realizados no âmbito da educação ambiental internacional por Leal Filho e Murphy (1996), Leal Filho (1997^a, 1997b, 1998, 2000) e no contexto do desenvolvimento sustentável no turismo (Leal Filho, Butler e Harrison 1996), mostram na prática o que pode ser feito. As recomendações feitas na Agenda 21 (United Nations 1992) e pela Comissão Europeia (Commission of the European Communities/CEC 1992) podem ser implementadas, mas para isso são necessárias ações práticas e no campo.

No sentido de se aplicar a teoria da educação ambiental na prática a fim de se minimizar os problemas ambientais derivados do turismo na região, o projeto „Plano de Conscientização sobre o Turismo na Costa de Caparica“ foi iniciado em 1992 com recursos da Comunidade Europeia (European Commission). O projeto teve como objetivo maior se fazer um levantamento a fim de se identificar os índices de degradação ambiental provocados pelos turistas e pelo comércio local, com a subsequente preparação de materiais didáticos e informativos voltados a conscientização de ambos os grupos.

No período 1992-1993, um levantamento de campo foi realizado, durante o qual as 18 praias que compõem a área da Costa da Caparica foram estudadas. O levantamento foi complementado por entrevistas com turistas e proprietários de estabelecimentos comerciais, durante o qual dados relacionados à ocorrência de poluição e a sua distribuição, foram coletados. As seguintes áreas foram avaliadas:

- Costa da Caparica por si,
- Melides
- Tróia
- Portinho da Arrábida
- Porto
- Sesimbra

Os seguintes componentes foram avaliados:

- Elemento 1. Quantidade/frequencia de lixos sólidos nas praias (dividido em uma escala entre 1= limpa e 5= bastante poluída)
- Elemento 2. Qualidade da água com relacao a cor e cheiro (dividido em uma escala entre 1= inodora e 5= bastante poluída)
- Elemento 3. Estado de conservacao das dunas (dividido em uma escala entre 1= intocadas e 5= bastante degradadas por pessoas ou tráfego de veículos)
- Elemento 4. Condiçoes de acesso (dividido em uma escala entre 1= simples e 5= dificultado por rochas e barreiras)
- Elemento 5. Distancia entre os estabelecimentos comerciais e a área de maré (dividido em uma escala entre 1= com 60 metros ou mais de distancia e 5= com 10 metros ou menos)

Tais elementos foram considerados na medida em que eles oferecem a priori um perfil dos sítios visitados e ilustram o seu grau de pressao ambiental, além de ilustrar o tipo de medidas a serem tomadas a fim de resolver o problema.

Resultados

Das 6 áreas avaliadas, 3 se encontram em um estado de pressao grande, quer dizer, com elementos que tiveram note 4 ou 5 nas escalas. Esses foram : a Costa da Caparica própria, Melides e Sesimbra. No sentido de se trabalhar a fim de se reduzir o impacto do turismo nessas áreas, uma campanha de educacao ambiental foi preparada, a qual incluiu:

- pecas de teatro (O turismo ambiental) em Sesimbra com adultos e crianças
- preparacao de releases para a imprensa sobre os problemas causados pelo turismo e a necessidade da participacao de turismas e habitantes locais a fim de se minimizar o problema
- um guia simples de procedimentos para turistas, com a possibilidade de uso concomitante nas escolas da regio

Aproximadamente 800 pessoas visitarem as peças de teatro em 1992-1993 e mais 700 pessoas tiveram acesso às informacoes contidas no guia. Além disso, milhares de leitores dos jornais locais tiveram occasiao de ler os releases a assim se tornarem melhor informados sobre as

formas de se minimizar o seu impacto pessoal no meio ambiente. Além dos elementos didáticos-ambientais do projeto, o mesmo atuou como um fórum de reflexão, um espaço de diálogo, de análise e estudo.

O projeto trabalhou também na formação de consensos e insistiu na importância e na dimensão ambiental do turismo. Contactos com investidores, serviços públicos e empresas turísticas foram realizados, incluindo-se as Câmaras Municipais e os organismos do governo. O projeto se dedicou ao mesmo tempo ao sensibilizar e influenciar, com o objetivo de minimizar os aspectos negativos do turismo na região.

Conclusão

Desde a conclusão do projeto em 1994, revisões anuais são utilizadas a fim de se acompanhar o desenvolvimento eco-turístico da área. Tais revisões se mostram necessárias, na medida em que a região está progressivamente sofrendo pressões fortes do setor turístico em expansão, particularmente o setor hoteleiro. As medidas de informação e conscientização ambiental executadas como parte do projeto tem oferecido uma contribuição concreta à minimização desta pressão e redução da intensidade dos problemas ambientais da região.

Considerando-se os objetivos gerais da educação ambiental, da Carta de Belgrado (1975), as estratégias para a educação ambiental da Conferência de Tbilisi (1997) e os princípios do Tratado de Educação Ambiental e Agenda 21 (Rio de Janeiro, 1992), pode-se concluir que os preceitos da educação ambiental podem ser aplicados no setor de turismo e fomentar um senso de compromisso com relação ao meio ambiente entre os turistas e representantes das entidades que se beneficiam deste ramo tais como hotéis, agentes de turismo e o setor gastronômico. É importante que todos vejam o meio ambiente como o recurso motor do turismo e que sejam convencidos do fato de que somente o turismo sustentável é viável no longo termo e que, para se chegar lá, a participação de todos é necessária.

Um dos efeitos colaterais do projeto foi a decisão de criar cursos técnicos de turismo ambiental e rural, onde os formandos adquirem competências técnicas e tecnológicas no âmbito do turismo rural e, em simultâneo, encontram um espaço para o desenvolvimento e realização pessoal. Através da capacitação de pessoal, um dos maiores entraves à integração da educação ambiental ao turismo será neutralizado.

Bibliografia Citada

Carley, M. & Christie, I. (1992) *Managing Sustainable Development* (London, Earthscan).

Clayden, E Desforges, C, Mills, C & Rawson, W (1994) Authentic activity and learning. In *British Journal of Educational Studies*, 60, pp. 163-173.

Commission of the European Communities/CEC (1992) *Towards Sustainability - a European Union programme of policy and action in relation to the environment and sustainable development* (Brussels, CEC).

Ester, P & Winnet, R (1981) Towards more effective antecedent strategies for environmental programs. In *Journal of Environmental Systems*, 11, pp. 201-221.

Fox, W (1990) *Toward a Transpersonal Ecology*. (Boston, Shambala).

Ham, S & Sewing, D (1987) Barriers to environmental education. In *Journal of Environmental Education* 19 (2), pp. 17-24.

Hatfield, S B and Evans, B (1996) *Environmental Planning and Sustainability* (London, Wiley).

Leal Filho, W , Butler, R, Harrison, P. (eds) (1996) *Sustainable Tourism in Small Island States: Case Studies*. (London, Mansell).

Leal Filho, W and Murphy, Z. (eds) (1996) *A Sourcebook of Environmental Education*. (Camforth, Parthenon Press).

Leal Filho, W (1997) *Implementing Agenda 21: shared problems and perspectives of cooperation. Proceedings of the European Workshop on Agenda 21* (Frankfurt, Deutsches Institut für Erwachsenenbildung).

Leal Filho, W (ed) (1997) *Lifelong Learning and Environmental Education*. (Frankfurt, Peter Lang Verlag).

Leal Filho, W and Ahlberg, M (eds) (1998) *Environmental Education for Sustainability*. (Frankfurt, Peter Lang Verlag).

Leal Filho, W (ed) (2000) *Communicating Sustainability*. (Frankfurt, Peter Lang Verlag).

Monroe, M (1991) *The effect of interesting environmental stories on knowledge and action-taking attitudes*. Unpublished doctoral dissertation. University of Michigan.

Orr, D (1994) *Ecological literacy: education and the transition to a postmodern world*. State University of New York Press, Albany.

Schiefele, U (1991) Interest, learning and motivation. In *Educational Psychologist*, pp. 299-323.

Smith, G (1992) *Education and the environment: learning to live with limits*. (Albany, N.Y., Suny Press).

United Nations (1992) *The UN Conference on Environment and Development: A Guide to Agenda 21* (Geneva, UN Publications Service).

O POTENCIAL PAPEL DA INTERPRETAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS ECOTURISTAS – O CASO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS (EM PORTUGAL)

Maria João Carneiro e Elisabeth Kastenholz

Introdução

Em meados da década de 70, a Carta de Belgrado, bem como a primeira conferência mundial de **Educação Ambiental** (realizada em Tbilisi, na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), constituíram dois marcos fundamentais no estabelecimento do conceito de educação ambiental e dos objectivos deste tipo de educação (PALMER e NEAL, 1994; GAYFORD, C., 1996). Os objectivos da educação ambiental definidos na Carta de Belgrado foram os seguintes (UNESCO em PALMER e NEAL, 1994):

- “Fomentar uma consciência clara e uma preocupação com a interdependência económica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais;
- Fornecer a cada pessoa oportunidades de adquirir conhecimentos, valores, atitudes, compromisso e ferramentas necessárias à protecção e ao melhoramento do ambiente;
- Criar novos padrões de comportamento ao nível dos indivíduos, grupos e da sociedade como um todo, relativamente ao ambiente”.

No que diz respeito à **interpretação**, esta foi considerada por COOPER (1987) como uma exposição imaginativa de informação que pode tornar os visitantes conscientes da importância de um destino turístico, bem como dos seus principais aspectos atractivos. No contexto dos parques nacionais, a OMT (Organização Mundial de Turismo) e o “United Nations Environment Program” (UNEP) (1992) corroboraram já a perspectiva de COOPER (1987), referindo que a interpretação não consiste somente numa simples exposição de fatos, devendo também revelar conceitos, significados e inter-relações entre os fenómenos naturais, servindo, entre outros aspectos, para despertar a consciência pública para os objetivos do parque e para desenvolver uma preocupação com a proteção do meio ambiente. Verifica-se assim que um dos principais objetivos da interpretação é fomentar a conservação de recursos, nomeadamente recursos ambientais, fornecendo aos visitantes informação sobre os recursos, de modo a torná-los conscientes do seu valor. Neste capítulo pretende mostrar-se que a interpretação poderá ter um papel muito relevante numa área concreta da conservação – a educação ambiental. Para alcançar este objectivo descrever-se-á uma metodologia proposta por COOPER (1987) para o desenvolvimento de um plano de interpretação, enfatizando-se, em cada fase desta metodologia, os procedimentos mais adequados para assegurar a educação ambiental dos visitantes. Posteriormente descrever-se-á o

projecto de interpretação que está a ser implementado num parque nacional situado em Portugal – o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) – realçando-se os aspectos dessa interpretação que poderão contribuir para a conservação dos recursos do Parque e para a educação dos seus potenciais visitantes.

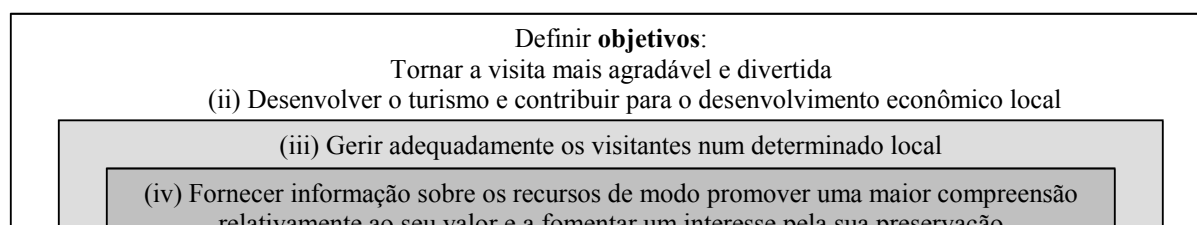
1. O potencial papel da interpretação na conservação e na educação ambiental

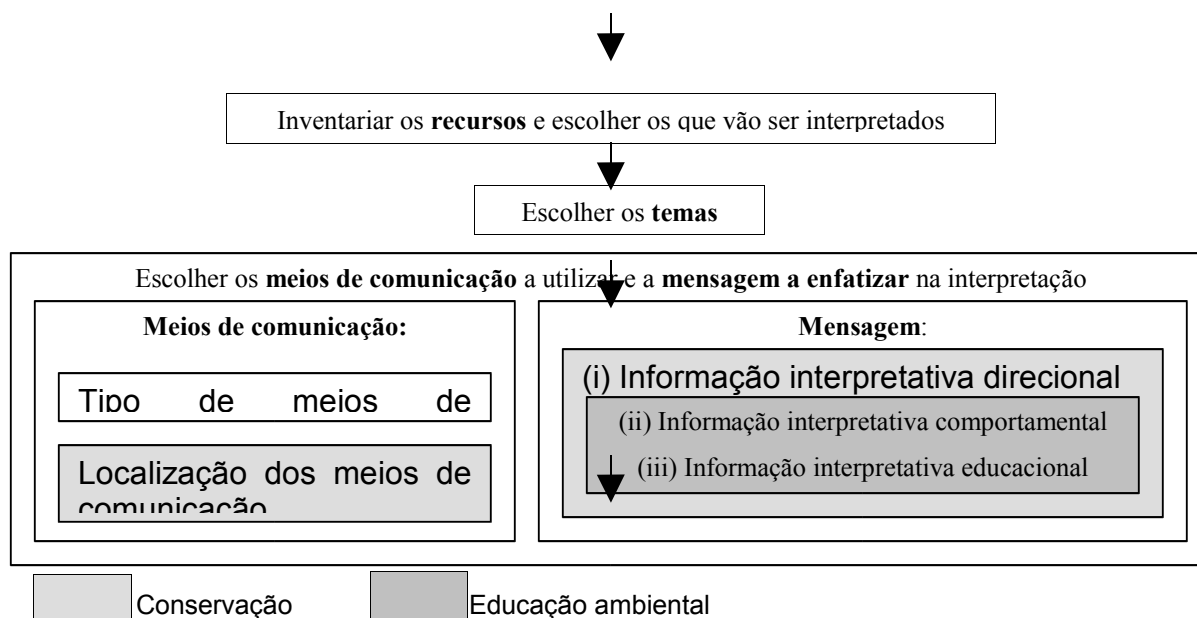
KUO (2002) considera que, a longo prazo, as técnicas de gestão mais rígidas - (ex: introdução de regulamentação), estratégias económicas (ex: controle dos preços), estratégias físicas (ex: construção de caminhos e vedações para limitar o acesso dos visitantes a determinadas áreas, limitar o número de parques de estacionamento a criar num determinado local) – não serão eficazes se não forem complementadas por técnicas de gestão mais flexíveis – estratégias de gestão educacionais tais como a interpretação. KUO (2002) defende ainda que muitos dos impactes negativos do turismo são provocados por comportamentos inadequados dos visitantes, decorrentes da falta de consciência que os visitantes têm relativamente ao valor dos recursos da área e aos cuidados que é necessário ter para os preservar. Os aspectos anteriormente focados realçam a importante função que a interpretação pode ter ao nível da conservação e da educação ambiental, promovendo uma consciencialização dos visitantes relativamente ao valor dos recursos e motivando-os a desenvolverem comportamentos adequados a esses mesmos recursos.

Na década de 80, COOPER (1987) identificou uma metodologia para a realização de um plano de interpretação que era composta pelas seguintes fases (figura 1):

- (i) definição dos objetivos a alcançar através da interpretação;
- (ii) realização de um inventário dos recursos disponíveis – Nesta fase deverão identificar-se os recursos que estão disponíveis para serem interpretados e selecionarem-se os que irão ser interpretados, de modo a evitar a duplicação da informação a transmitir aos visitantes (COOPER, 1987);
- (iii) escolha de temas que sirvam de orientação ao processo de interpretação;
- (iv) seleção dos meios de comunicação a utilizar e decisão relativamente aos aspectos a enfatizar na interpretação – Nesta fase, para além de se escolherem os meios de comunicação a utilizar na interpretação, deve também decidir-se qual deverá ser a sua localização e a mensagem a transmitir através desses meios (COOPER, 1987);
- (v) avaliação da interpretação – Finalmente deve proceder-se a uma avaliação do plano de interpretação, para verificar se os objetivos do plano estão a ser alcançados.

Figura 1 – Procedimentos a adoptar nas fases do plano de interpretação proposto por COOPER (1987) para fomentar a conservação dos recursos e a educação ambiental





Fonte: Adaptado de COOPER (1987)

Seguidamente proceder-se-á a uma descrição mais pormenorizada de algumas destas fases, visando mostrar como a interpretação pode ser utilizada para fomentar a conservação de recursos e, de um modo especial, a educação ambiental.

1.1. Definição dos objetivos da interpretação

Tal como COOPER (1987) refere, os objetivos de um plano de interpretação poderão ser de âmbito geral (ex: suscitar no visitante um interesse pelos recursos do destino), ou específico (ex: dar informação sobre as características de determinadas espécies de flora).

A interpretação de um determinado local pode ser realizada por motivos muito distintos. Diversos investigadores e organizações fizeram já alusão a estes motivos, identificando diretamente as razões que podem levar à aplicação de um plano de interpretação (COOPER, 1987; HERBERT, 1989; OMT e UNEP, 1992) ou, inclusivamente, referindo as potenciais vantagens da aplicação deste tipo de planos (BRAMWELL e LANE, 1993). Os objetivos que podem conduzir à realização de um plano de interpretação para um determinado local são geralmente os seguintes:

- gerir adequadamente os visitantes num determinado local (COOPER, 1987; HERBERT, 1989; OMT e UNEP, 1992; BRAMWELL e LANE, 1993), nomeadamente, afastando-os das áreas mais frágeis (COOPER, 1987; HERBERT, 1989; BRAMWELL e LANE, 1993) e conduzindo-os a locais onde existam pontos de interesse (HERBERT, 1989);
- desenvolver o turismo e contribuir para o desenvolvimento económico local. Neste caso, a interpretação assumiria um papel primordial na atracção dos visitantes (HERBERT, 1989; BRAMWELL e LANE, 1993), podendo ainda contribuir para que os visitantes permanecessem mais tempo na área onde se localizam os recursos que foram alvo de interpretação (BRAMWELL e LANE, 1993). Tanto a atracção de um maior número de visitantes como o aumento do seu período de estadia podem contribuir para o aumento das receitas e para a dinamização da economia local.
- tornar a visita mais divertida (HERBERT, 1989; OMT e UNEP, 1992) e agradável (HERBERT, 1989). Este último aspecto pode ser conseguido conduzindo os visitantes por caminhos mais fáceis, confortáveis, ou que tenham melhores vistas (HERBERT, 1989).
- fornecer informação sobre os recursos de modo a promover uma maior compreensão relativamente ao seu valor e a fomentar um interesse pela sua preservação. Em muitos casos, pretende-se que através da informação e da experiência proporcionadas pela interpretação, as pessoas desenvolvam um interesse pela conservação dos recursos (HERBERT, 1989; OMT e UNEP, 1992; BRAMWELL e LANE, 1993). Embora no caso dos recursos turísticos os visitantes constituam um dos principais mercados alvo da interpretação, alguns autores referem-se já ao potencial papel da interpretação em aumentar o orgulho da comunidade de residentes locais relativamente a determinados recursos (BRAMWELL e LANE, 1993). Em algumas situações a interpretação pode mesmo ser implementada com o objectivo de educar as pessoas que visitam determinados locais e de fomentar uma mudança de comportamentos (HERBERT, 1989; OMT e UNEP, 1992).

Os objetivos anteriormente mencionados podem ser classificados em três categorias (ver figura 1):

- Objetivos gerais, não relacionados explicitamente com a conservação dos recursos: tornar a visita mais agradável e divertida, desenvolver o turismo e contribuir para o desenvolvimento económico local;
- Objetivos relacionados com a conservação dos recursos, mas que não incluem especificamente a educação ambiental: gerir adequadamente os visitantes num determinado local;
- Objetivos relacionados com a conservação dos recursos e que incluem especificamente a educação ambiental: fornecer informação sobre os recursos de modo a promover uma maior compreensão relativamente ao seu valor e a fomentar um interesse pela sua preservação.

De acordo com o que foi apresentado, pode verificar-se que embora a interpretação possa ser implementada por motivos que não estão diretamente relacionados com a conservação (ex: tornar a visita mais agradável), poderá também ser utilizada para fomentar a conservação dos recursos e, concretamente, para promover a educação ambiental dos visitantes (figura 2).

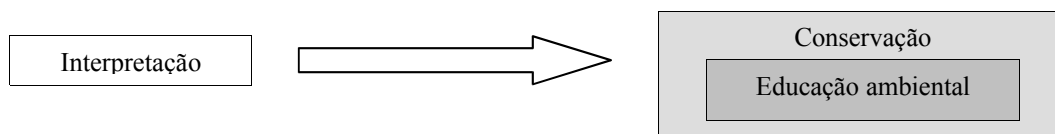


Figura 2 – A interpretação como instrumento de conservação e de educação ambiental

Descrever-se-ão seguidamente alguns procedimentos destinados a promover a conservação dos recursos e a educação ambiental e que poderão ser adotados na fase de selecção dos meios de comunicação e da mensagem.

1.2. Seleção dos meios de comunicação a utilizar e decisão relativamente aos aspectos a enfatizar na interpretação

A seleção dos **meios de comunicação** pode ser particularmente importante para assegurar que o processo de interpretação tenha sucesso junto dos visitantes. Focar-se-ão seguidamente as potenciais vantagens e desvantagens dos centros de visitantes e das brochuras, uma vez que a interpretação do PNPG será realizada, em grande medida, com base nestes meios. As brochuras dos percursos pedestres, sendo um meio de interpretação impessoal relativamente barato, possuem a importante vantagem de tornarem a interpretação flexível, possibilitando às pessoas visitarem um determinado local ao seu próprio ritmo (BINKS *et al.*, 1988) e irem consultando a informação que lhes interessar. Os centros de visitantes congregam numa determinada área um conjunto de meios de comunicação variados, bem como infra-estruturas e serviços de apoio tais como lojas e cafés (BINKS *et al.*, 1988). Uma das principais vantagens destes centros é o facto de se poder encontrar concentrado numa área restrita um leque variado de meios que transmitem informação relativamente ao local de visita. Os centros que integram meios audiovisuais podem tornar a interpretação mais eficiente do que somente a informação impressa. Este facto deve-se à elevada capacidade que os meios audiovisuais possuem de reter a atenção dos visitantes, transmitirem muita informação em pouco tempo e poderem eventualmente ser controlados pelos visitantes tornando a interpretação interactiva (BINKS *et al.*, 1988).

Na fase de selecção dos meios de comunicação, uma das decisões que pode determinar o sucesso da interpretação ao nível da conservação, é a decisão relativamente à local das respectivas infra-estruturas. Muitos autores referem que esta localização pode ser um útil instrumento de gestão de visitantes, podendo contribuir para conduzi-los por certos caminhos e para afasta-los de determinadas áreas (COOPER, 1987; HERBERT, 1989; BRAMWELL e LANE, 1993). STEWART

et al. (2001) enfatizam vantagens associadas à dispersão da interpretação por diversos locais por oposição a uma estratégia de concentração, nomeadamente:

- maior oportunidade de interceptar os visitantes e, conseqüentemente, maior possibilidade de assegurar que a mensagem transmitida é recebida;
- localizar as infra-estruturas de interpretação mais próximo das diversas comunidades da área, criando uma maior possibilidade das comunidades contactarem com elas e terem mais orgulho nos recursos locais;
- promover a distribuição do potencial impacte económico da interpretação por um maior número de locais;
- distribuir os visitantes por um maior número de locais dentro de uma área, evitando a excessiva concentração destes em determinados locais.

Nesta fase do processo, um aspecto que também condiciona o sucesso da interpretação ao nível da conservação dos recursos e, concretamente, da educação ambiental, são os aspectos a enfatizar, ou seja, o tipo de mensagem transmitida ao visitante. A informação transmitida através da interpretação pode incluir aspectos tão distintos como a regulamentação em vigor na área visitada, os principais pontos de interesse da área e a sua localização, atividades que podem ser realizadas e o tipo de comportamento aconselhável (OMT e UNEP, 1992).

KUO (2002) sugere que a informação interpretativa transmitida aos visitantes pode ser classificada em três categorias, de acordo com a função que desempenha:

(i) Informação direccional: destinada a orientar o fluxo de visitantes (ex: distância dos recursos com interesse, recursos e percursos alternativos, nível de congestionamento existente em determinados locais);

(ii) Informação comportamental: fornece linhas de orientação relativamente ao comportamento que se espera dos visitantes e às actividades que podem ser realizadas (ex: regulamentação vigente, código de conduta para os visitantes)

(iii) Informação educacional: proporciona o alargamento dos conhecimentos sobre o local, a apreciação dos recursos e modifica os comportamentos inadequados.

Embora todos os tipos de informação mencionados possam assumir um papel relevante no fomento da conservação dos recursos, a informação comportamental e educacional são as vocacionadas para a educação ambiental. A maior diferença entre estes dois últimos tipos de informação é que a comportamental refere explicitamente o comportamento desejável, o que não acontece na informação interpretativa educacional. Após a descrição do processo geral de implementação de um plano de interpretação, descrever-se-á seguidamente o projeto que está a

ser adotado para interpretar o PNPG, enfatizando os procedimentos adotados com a finalidade de conservação e educação ambiental.

2. Estudo de caso: O Parque Nacional da Peneda-Gerês

2.1. Breve caracterização do Parque Nacional da Peneda-Gerês

O PNPG foi criado em 1971, sendo atualmente o único parque nacional em Portugal, abrangendo uma área com 69.693 ha e cerca de 9000 habitantes (ICN, 2002). Este Parque situa-se no noroeste de Portugal Continental e parte da sua área faz fronteira com Espanha. O Parque possui patrimônio natural e cultural de grande valor que suscita o interesse de um elevado número de visitantes. Segundo os dados do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) que se referem ao número de pessoas que utilizaram casas de natureza, fizeram visitas guiadas e contataram estruturas das áreas protegidas, em 2000 o PNPG foi a terceira área protegida Portuguesa com maior número de visitantes (cerca de 32000)¹.

Na área do PNPG existem diversas infra-estruturas de apoio ao turismo, nomeadamente alojamento e interpretação. São particularmente numerosos as unidades hoteleiras, principalmente as pensões (existem cerca de 20 pensões no PNPG) (DGT e ICEP, 2000), bem como os parques de campismo (cerca de 6) (DGT, 2001). No entanto, verifica-se existir um esforço no sentido de criar meios de alojamento apropriados ao turismo a desenvolver nas áreas protegidas (definidos no âmbito do Programa Nacional de Turismo de Natureza criado em 1998) - turismo no espaço rural e casas de natureza (Dec.Lei 47/99). De fato, este Parque integra já cerca de 20 unidades de turismo no espaço rural e mais de 10 casas de natureza (DGT e ICEP, 2000a; ICN, 2001; ICN; 2002). Ao nível das áreas protegidas de Portugal, o PNPG encontra-se já entre o grupo que detém maior número de infra-estruturas de interpretação, possuindo já quatro postos de informação, três centros de interpretação e oito circuitos pedestres (ICN, 2001; ICN, 2002). Seguidamente analisar-se-ão algumas vertentes do atual processo de interpretação do PNPG, bem como estratégias de interpretação que estão a começar a ser implementadas.

2.2. O projeto de interpretação para o Parque Nacional da Peneda-Gerês

Uma parte importante da estratégia de interpretação desenvolvida para o PNPG corresponde à construção de centros de recepção para visitantes e à elaboração de brochuras sobre os percursos pedestres do Parque. Embora existam já brochuras para estes percursos, os centros de recepção de visitantes encontram-se ainda em fase de construção. Neste capítulo descrever-se-á parte da estratégia de interpretação do PNPG relativa aos centros de recepção para visitantes e às brochuras dos percursos, com o objetivo de mostrar que, na elaboração desta estratégia, se adotou parcialmente o processo sugerido por COOPER (1987). Pretende também analisar-se, ao nível da referida estratégia de interpretação, a importância atribuída à conservação e à educação ambiental. A descrição deste estudo de caso foi realizada com base numa análise de documentos elaborados

¹ Esta informação foi fornecida directamente por técnicos do ICN.

pelos responsáveis pelo PNPG (PNPG, 1997), de brochuras dos percursos pedestres, publicações do ICN (2001) e site do ICN (2002), bem como de um estudo de mercado realizado no PNPG (KASTENHOLZ, 2002).

Os **objetivos** da criação de centros de recepção de visitantes e, em parte, da elaboração de brochuras dos percursos pedestres, podem classificar-se nas três categorias referidas na descrição do processo sugerido por COOPER (1987)²:

- Objetivos gerais, não relacionados explicitamente com a conservação dos recursos:
 - proporcionar um espaço de lazer aos visitantes;
 - atrair visitantes para a área do PNPG, funcionando os centros de recepção de visitantes como pólos de atracção;
 - despertar a curiosidade dos visitantes;

- Objetivos relacionados com a conservação dos recursos, mas que não incluem especificamente a educação ambiental:
 - gestão dos visitantes: recepção e triagem de visitantes, bem como orientação dos fluxos de visitantes;
 - identificar e sinalizar locais e aspectos de interesse do Parque;
 - promover pontos de interesse situados no interior e no exterior do PNPG;
 - dispersão dos visitantes pela área do Parque;

- Objetivos relacionados com a conservação dos recursos e que incluem especificamente a educação ambiental:
 - Revelar aspectos da realidade envolvente dos centros de recepção;
 - Executar atividades didáticas com carácter eminentemente prático e de grande proximidade ao terreno;
 - Educar os visitantes e alterar o seu comportamento.

No que respeita aos **recursos** do PNPG, é particularmente importante a existência de nascentes de águas com propriedades medicinais que têm fomentado o desenvolvimento do turismo termal (ICN; 2001). Nesta zona marcada pelo acentuado relevo de diversas serras (Gerês, Peneda e Soajo), a vegetação constitui também uma atracção importante, incluindo carvalhais, lameiros e espécies botânicas de grande raridade (ICN, 2001; ICN, 2002). A fauna do PNPG é bastante diversificada, podendo encontrar-se lontras, lobos, corços e espécies variadas de aves (ICN, 2001; ICN, 2002). O PNPG possui também um património cultural de grande valor, não só pela sua beleza, como também pela sua antiguidade e raridade. Neste contexto, merecem particular

² Os objectivos mencionados constam do Projeto Piloto “Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês” (PNPG, 1997), sendo a sua posterior classificação em três categorias distintas da autoria das autoras deste capítulo.

destaque os vestígios pré-históricos e românicos (pontes e vestígios arqueológicos), os castelos do Lindoso e de Castro Laboreiro, as brandas e inverneiras (habitações utilizadas pelo mesmo grupo de pessoas em épocas do ano distintas) e determinada arquitetura popular (ex: espigueiro) (ICN, 2001; ICN, 2002).

À semelhança do que é proposto por COOPER (1987), identificaram-se **temas** base para o processo de interpretação. A principal preocupação foi a de assegurar que os diversos temas tinham as seguintes características:

- podiam ser explorados localmente;
- eram complementares e fomentavam nos visitantes o desejo de visitarem as diferentes áreas do Parque, contribuindo assim para a dispersão dos visitantes;
- permitiam, no seu conjunto, obter uma perspectiva de integração e de complementaridade das diversas áreas do Parque (PNPG, 1997).

Tendo em conta os recursos do PNPG, os temas escolhidos foram: “História e ocupação do território”, “Componente faunística e florística”, “Componente geológica e hídrica”, “História e civilizações” e “Interpretação da paisagem”³.

Uma vez escolhidos os temas, foram selecionados os **meios de comunicação** a utilizar. Entre os meios selecionados, destacar-se-ão neste estudo de caso, os centros de recepção de visitantes e as brochuras dos percursos pedestres, pelo papel que assumirão ao nível da conservação e da educação ambiental.

Foi o primeiro director do PNPG que sugeriu a criação de centros de recepção que permitissem alcançar os objetivos já mencionados e que servissem como pontos de recepção e orientação dos visitantes do PNPG (PNPG, 1997). Estes centros, que passaram a ser designados como “porta”, deverão possuir, nomeadamente, áreas de recepção, de lazer e áreas destinadas a transmitir informação sobre o Parque - espaços de exposição, espaços de aquisição e consulta de informação (PNPG, 1997). A exposição e disponibilização de informação podem permitir tornar a visita ao PNPG mais agradável, ou contribuir também para a conservação, caso se crie uma consciência relativamente ao valor dos recursos e se suscite a vontade de os preservar. Uma das finalidades da criação dos centros é o fornecimento de informação sobre aspectos atrativos e sua localização (ex: através de plantas da área) (PNPG, 1997). Nesta medida, bem como na sinalização da área envolvente do Parque, está bem patente o objetivo de gestão dos visitantes. Foi também sugerido que os centros de recepção integrassem oficinas-temáticas, onde se desenvolveriam trabalhos de grupo e programas adaptados aos diversos segmentos de visitantes (PNPG, 1997). Toda a informação fornecida sobre o Parque pode contribuir para a educação ambiental, pelo fato de poder tornar os visitantes mais conscientes relativamente aos fenômenos ambientais. No entanto, o fornecimento de informação sobre a vocação e condições de utilização das áreas (igualmente previsto neste projeto), bem como as atividades desenvolvidas nas oficinas-

³ A informação relativamente aos temas selecionados foi fornecida directamente por técnicos do PNPG.

temáticas, podem ser muito relevantes neste contexto, nomeadamente na mudança de comportamentos. Para proporcionar uma estadia agradável, considerou-se também importante que existissem no interior dos centros de recepção ou na sua área envolvente certos serviços e infra-estruturas de apoio aos visitantes tais como: bar, áreas de merendas, estacionamento e instalações sanitárias (PNPG, 1997).

Optou-se pela localização dos centros de interpretação em zonas periféricas do Parque que tivessem boa acessibilidade (PNPG, 1993), uma vez que se pretende que estes centros funcionem como pólos de atração. Decidiu-se criar cinco centros de recepção e proceder-se, em cada centro, à interpretação de um tema, explorando-se aspectos relacionados com os recursos da área envolvente:

- Lamas de Mouro: “História e ocupação do território” - brandas e inverneiras, a arquitectura tradicional, a ocupação medieval e o Castelo de Castro Laboreiro;
- Mezio: “Componente faunística e florística” – fauna e flora;
- Entre-Ambos-os-Rios: “Componente geológica e hídrica” – geologia e recursos hídricos;
- Campo do Gerês: “História e civilizações” – vestígios arqueológicos, nomeadamente monumentos megalíticos e vestígios de pontes;
- Montalegre: “Interpretação da paisagem” – aspectos da área de Ambiente Natural do Parque, a qual integra reservas integrais ou parciais (PNPG, 1997)⁴.

Para cada centro foi escolhido o tema que poderia ser mais facilmente explorado na área envolvente, tendo em conta o conjunto de recursos aí existente (PNPG, 1997).

Como complemento à informação dos centros de recepção foram criadas brochuras sobre os percursos pedestres do Parque. Estas poderão ter um papel fundamental na gestão de visitantes, na medida em que contribuirão para que estes se concentrem nas áreas divulgadas, ajudando a preservar locais mais frágeis.

Tal como COOPER (1987) sugere, o sucesso da interpretação depende também da identificação da **mensagem** apropriada a cada um dos segmentos de visitantes. No que respeita à mensagem que irá ser transmitida no âmbito da interpretação do Parque, a análise aqui realizada centrar-se-á na informação contida nas brochuras dos percursos pedestres, dado que a informação que irá ser fornecida nos centros de interpretação não está ainda completamente definida. As brochuras de percursos pedestres já existentes contêm informação direcional, a qual tem por finalidade promover a conservação dos recursos mas não se destina à educação ambiental. Para além desta informação, as brochuras incluem informação comportamental e educativa, destinadas a fomentar a conservação dos recursos e a educação ambiental (ver figura 1). Para ilustrar a informação direcional, comportamental e educacional fornecida nas brochuras dos trilhos do

⁴ A informação relativamente ao tema dos centros de recepção, bem como à sua localização, foi fornecida directamente por técnicos do PNPG. A maioria da informação relativamente aos recursos existentes na área envolvente de cada centro de recepção foi retirada do Projecto Piloto “Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês” (PNPG, 1997).

Parque, selecionaram-se extractos de texto e informação adicional contida nas brochuras de dois trilhos.

A informação direccional incide sobretudo na localização dos pontos de interesse, na distância a percorrer e na altitude dos diversos pontos do percurso (Quadro 1), incluindo por vezes descrições pormenorizadas sobre o caminho a seguir.

Quadro 1 – Informação direccional de duas brochuras de percursos pedestres

Informação interpretativa direccional	
Trilho pedestre de longo curso – Cabril/Paradela	Mapa do trilho. Perfil topográfico do trilho onde está assinalada a altitude do trilho, os principais pontos de interesse, bem como a distância a que estes podem ser encontrados. “Poucos metros à frente, encontrará à direita uma calçada à portuguesa que o levará diretamente a Froufe”.
Trilho da Preguiça	Perfil longitudinal do trilho onde está assinalada a altitude do trilho, a vegetação que pode ser encontrada ao longo do trilho, os principais pontos de interesse, bem como a distância a que estes podem ser encontrados.

Fonte: Adaptado de PNPG (1993, 2001)

Alguma informação comportamental das brochuras possui carácter genérico, apelando sobretudo à conservação dos recursos ambientais, ao respeito pela população local e ao cumprimento das indicações da sinalização e das pessoas que trabalham no parque (Quadro 2). Há também informação comportamental de carácter mais específico, tal como o comportamento a ter de modo a evitar a poluição.

Quadro 2 – Informação comportamental de duas brochuras de percursos pedestres

Informação interpretativa comportamental	
Trilho pedestre de longo curso – Cabril/Paradela	<u>Conservar recursos ambientais:</u> “Respeitar os valores naturais e culturais do Parque.” <u>Evitar poluição:</u> “Levar consigo o seu lixo.” <u>Evitar incêndios:</u> “Evitar riscos de incêndio.” <u>Restringir atividades a determinadas áreas:</u> “Acampar apenas em locais autorizados.” <u>Respeitar a informação da sinalização ou de empregados do parque:</u> “Respeitar as indicações dos guardas, vigilantes e técnicos do Parque.” <u>Respeitar os residentes:</u> “Respeitar o modo de vida e o trabalho dos residentes.”
Trilho da Preguiça	<u>Conservar recursos ambientais:</u> “Não recolha plantas, animais ou rochas.” <u>Evitar poluição:</u> “Evite fazer ruídos e barulhos.” “Não abandone o lixo.” <u>Evitar incêndios:</u> “Não faça fogo.” <u>Respeitar a informação da sinalização ou de empregados do parque:</u> “Siga as indicações da sinalização. Não saia do traçado definido.”

Fonte: Adaptado de PNPG (1993, 2001)

A informação predominante nestas brochuras é a educacional. Também ao nível desta informação se pode distinguir informação de carácter mais genérico, relativa ao valor dos recursos ambientais (diversidade, carácter único e estado de conservação) e outra de carácter mais específico (informação pormenorizada sobre recursos, fenómenos ambientais e impacte da ação do Homem) (Quadro 3).

Quadro 3 – Informação comportamental de duas brochuras de percursos pedestres

Informação interpretativa educacional	
Trilho pedestre e de longo curso – Cabril/Paradel a	<p><u>Valor dos recursos (carácter único, estado de conservação):</u> “O lobo está perfeitamente identificado com a paisagem agreste da região. A maioria das populações de lobo na Europa é vulnerável – a espécie está inscrita no anexo II da Convenção de Berna”.</p> <p><u>Informações detalhadas sobre recursos ambientais:</u> “Os lobos são animais de grande porte com orelhas triangulares erguidas e patas volumosas. O seu peso oscila geralmente entre os 30 e os 45kg.”</p>
Trilho da Preguiça	<p><u>Valor dos recursos (diversidade, carácter único, estado de conservação):</u> “as formas e o verde da cobertura vegetal e a geomorfologia se conjugam para dar um traço único à paisagem”.</p> <p>“Preserva formações vegetais com uma diversidade de espécies e uma estrutura relativamente próximas da vegetação primitiva que cobria toda a região.”</p> <p><u>Informações detalhadas sobre recursos e fenómenos ambientais e sobre o impacte da ação humana:</u> “...existe um conjunto de espécies arbustivas e herbáceas muito característico dos carvalhais. Quando o arbóreo é eliminado por abate, desbaste ou fogos consecutivos e o ensombramento desaparece ou se atenua, muitas destas espécies são excluídas.”</p> <p>“Lembre-se da fotossíntese... Sendo a luminosidade escassa, menor é a quantidade de alimento produzido e, por isso, menor será a quantidade de energia de que a planta dispõe para o conjunto das suas reações vitais”.</p> <p>“Enquanto caminha procure encontrar sinais que evidenciam atividade dos animais, nomeadamente pinhas roídas, pegadas, ... camas de pernoita... ou o solo revirado pelo javali”.</p>

Fonte: Adaptado de PNPG (1993, 2001)

Embora no Projeto Piloto “Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês” (PNPG, 1997) não esteja ainda prevista a **avaliação da interpretação**, este processo deveria ser definido futuramente, de modo a assegurar que os objetivos definidos seriam cumpridos. Esta avaliação poderia ser feita através de inquéritos aos visitantes, no sentido de verificar o impacte que a interpretação teve sobre estes.

2.3. A perspectiva dos visitantes do PNPG

É interessante confrontar este projeto de interpretação com o perfil e os interesses manifestados pelos visitantes do PNPG. Para este fim foram analisados dados recolhidos no âmbito de um estudo sobre o mercado turístico das áreas rurais da Região Norte, efetuado entre Junho de 1998 e Junho de 1999, para a Comissão de Coordenação da Região Norte (KASTENHOLZ, 2002). Os dados foram recolhidos maioritariamente via entrevista direta, em diversos locais de atração e meios de alojamento, tendo sido obtidos 160 inquéritos válidos no PNPG. O objetivo principal deste

estudo foi analisar o mercado em termos de perfil sócio-demográfico, motivações, comportamentos, atitudes e percepções, colocando-se a principal ênfase na análise da imagem da região Norte enquanto destino turístico rural (KASTENHOLZ, 2002). Apresentar-se-ão resumidamente alguns dados que podem contribuir para identificar aspectos que devem ser considerados num processo de interpretação do PNPG (Quadro 4). Como os resultados demonstram, este mercado inclui tanto turistas nacionais como estrangeiros, de várias idades, com uma ligeira concentração nos estratos etários mais jovens. O destino tende a atrair turistas com níveis educacionais elevados, com bastante experiência em termos de viagem. A maioria já tinha visitado a região, havendo uma quantidade substancial de turistas com bastante fidelidade ao destino. A maioria escolhe o destino para estadias de mais de 4 dias. Os turistas viajam geralmente em casal ou em pequenos grupos. As fontes de informação mais utilizadas são os guias turísticos, o que já aponta para um interesse particular deste mercado em material informativo e de interpretação.

Os aspectos mais procurados e apreciados no destino dizem respeito à natureza, paisagem e ambiente não poluído, sossego, clima, preço, e simpatia das pessoas, sendo os aspectos mais criticados as condições de tráfego, a degradação ambiental e falta de sinalização e informação. Contudo, geralmente os inquiridos mostram-se satisfeitos, verificando-se uma grande probabilidade destes regressarem ao Gerês e uma probabilidade ainda maior de o recomendarem como destino de férias.

Para o projeto de interpretação do PNPG sublinha-se o interesse dos seus visitantes na informação, interpretação e sinalização, aspectos não somente valorizados, mas em relação aos quais se demonstra também uma lacuna fortemente sentida. Os aspectos que parecem cativar maior entusiasmo por parte dos visitantes são aqueles relacionados com a natureza e paisagem, havendo também algum interesse na cultura, particularmente tradicional (artesanato, folclore). Sendo assim, os temas parecem ser geralmente bem escolhidos, havendo porventura um menor interesse nas portas com temáticas históricas, cuja divulgação deve ser particularmente apelativa. O interesse expresso em visitas guiadas poderá levar à consideração da futura oferta deste tipo de interpretação, que revela maior possibilidade de interatividade com os visitantes. A sensibilidade verificada relativamente à conservação do património facilita o papel da interpretação ao nível dos objetivos de conservação e educação ambiental.

Quadro 4 – Alguns resultados do estudo respeitantes à amostra global

Variáveis Socio-demográficas	
Nacionalidades	54% Portugueses, 11% Holandeses, 9.4% Alemães, 7.5% Franceses, 5.6% Britânicos, 5.6% Espanhóis e 4% Belgas
Idade	18% entre os 15 e 24 anos, 34% entre os 25 e 34 anos, 23% entre os 35 e 44 anos
Sexo	56% Homens – 44% Mulheres
Educação	50% curso superior
Comportamento de Férias	

Frequência de férias	31% 2 vezes, 45% 3-4 vezes
Comportamento relacionado com a visita ao destino	
Visita anterior	39% nunca, 19% 1-2 vezes, 13% 3-4 vezes, 30% mais de 4 vezes
Duração da estadia	38% curta estadia (até 4 dias), 62% férias de mais de 4 dias
Grupo de Viagem	57% em casal, 22% com amigos, 6% em grupos organizados, 4% com filhos
Fontes de informação	33% guia turístico, 26% recomendação de amigos e familiares, 19% visita anterior, 5% agência de viagens
Motivações	
Motivos gerais	90% só férias, 4% férias + saúde
Benefícios procurados (escalas tipo Likert de importância de atributos do destino)	<p><u>Muito importante</u>: ambiente não poluído, paisagem, natureza, paz e sossego, clima, preço, simpatia das pessoas</p> <p><u>Bastante importante</u>: sinalização, história e cultura, alojamento, trilhos pedestres, acessibilidade, facilidade de comunicação</p> <p><u>Ligeiramente abaixo da média</u>: arquitectura/ monumentos, informação turística</p>
Impressões	
Avaliações positivas (escalas tipo Likert de avaliação/percepção)	<p><u>Muito positiva</u>: paisagem, natureza, paz e sossego, ambiente não poluído</p> <p><u>Bastante positiva</u>: clima, simpatia das pessoas, alojamento, isolamento, trilhos pedestres, preço, história e cultura</p>
Impressões positivas (pergunta aberta)	Natureza, paisagem, sossego/ paz, pessoas, cultura/ tradições
Impressões negativas (pergunta aberta)	Condições de tráfego (condução perigosa e condições das estradas), poluição, falta de sinalização e informação
Imagem afectiva	Calmo, agradável, natural, tradicional, colorido
Sugestões	

<p>Melhorias sugeridas</p> <p>(por, pelo menos, 10% dos inquiridos)</p>	<p>Melhor conservação (34%), trilhos pedestres (29%), restaurantes típicos (28%), excursões/ visitas guiadas (16%), canoagem (14%), artesanato (13%), natação (12.5%), cinema (12%), exposições/ feiras (11%), eventos folclóricos (11%), actividades para crianças (10%), concertos (10%)</p>
Comportamento Futuro ?	
<p>Probabilidade de:</p> <p>escala tipo Likert de 1 (nada) a 7 (muito provável)</p>	<p>Regressar para férias: média de 5.7 (bastante provável)</p> <p>Recomendar para férias: média de 6.4 (muito provável)</p>

Deve-se ter especial atenção ao grupo de visitantes estrangeiros, em relação aos quais a interpretação deve ser adaptada, principalmente em termos de idioma. Considerando o perfil deste mercado, o Inglês parece ser a opção mais adequada, havendo eventualmente interesse na divulgação da informação mais relevante também em Alemão e Francês. Comparou-se também o mercado doméstico com o mercado internacional (ver Quadro 5), usando o “teste t” (N> 30 em cada grupo, considerando ainda o teste Levene relativo à igualdade de variâncias).

Quadro 5 – Diferenças significativas entre Portugueses e Estrangeiros

Em termos comparativos:	Portugueses	Estrangeiros
Maior importância	acessibilidade, facilidade de comunicação, gastronomia, artesanato, informação turística, infra-estruturas, alojamento, preço, serviço profissional e hospitalidade	autenticidade e trilhos pedestres
Melhor impressão	oportunidades para conhecer a vida rural, ambiente natural, calmo e não poluído, paisagem, trilhos pedestres, informação turística e sinalização	qualidade do alojamento e preço
Melhorias sugeridas	natação, canoagem, restaurantes típicos, exposições/ feiras, excursões/ visitas guiadas	trilhos pedestres

Desta análise podemos reter que a informação e sinalização deve ser melhorada para o mercado estrangeiro, principalmente no que se refere aos trilhos pedestres. Para estes visitantes, a informação contida nas brochuras, (ex: mapas e interpretação de aspectos visíveis ao longo do caminho), são particularmente importantes. Os visitantes estrangeiros mostram-se muito sensíveis à natureza e ao meio ambiente, procurando uma maior proximidade através de caminhadas na natureza, sendo esta temática aquela que deveria ser melhor explorada na interpretação. A “autenticidade” dos recursos que se podem apreciar no PNPG deve ser também realçada para este mercado. Uma maior divulgação dos aspectos culturais pode ser um desafio para este grupo, para que este tenha uma impressão mais favorável em relação a oportunidades para conhecer a vida

rural. Os visitantes portugueses estão interessados em exposições, e particularmente em visitas guiadas. Este grupo tem um maior leque de interesses associados à visita ao Gerês, o que pode estar relacionado com a facilidade de comunicação e o maior grau de conhecimento anterior do destino.

3. Conclusão

Neste capítulo verificou-se que a interpretação de uma determinada área geográfica pode contribuir para fomentar a conservação dos seus recursos e, inclusivamente, permitir a educação ambiental dos seus visitantes. COOPER (1987) sugeriu já que o sucesso da interpretação depende, em grande medida, da correcta implementação de um plano de interpretação. Tendo em conta a metodologia de elaboração do plano de interpretação proposta por COOPER (1987), foram identificados procedimentos a adoptar quando se pretende que a interpretação contribua para a conservação dos recursos e para a educação ambiental. Verificou-se ser necessário um especial cuidado com a selecção dos meios de comunicação e da sua localização, bem como com a escolha da mensagem a transmitir através destes. Verificou-se que a localização dos meios de comunicação pode ser utilizada para gerir os fluxos de visitantes numa área geográfica e para assegurar a conservação dos recursos. Neste domínio, os responsáveis pelo PNPG optaram pela construção de centros de visitantes em diversos locais situados na área periférica do Parque, no sentido de contribuir para uma dispersão dos potenciais visitantes. No entanto, o facto dos centros de visitantes congregarem diversos meios de comunicação no mesmo local, contribui para que os sítios onde estes se encontram se tornem bastante atractivos, fomentando, no caso do PNPG, que o acesso dos visitantes seja feito maioritariamente através destes pontos. Este aspecto é muito relevante para a conservação dos recursos e a educação ambiental dos visitantes, pois possibilita que os visitantes sejam afastados de áreas frágeis de acesso e permite fornecer-lhes, logo que entram no Parque, informação que influencie a sua movimentação e o seu comportamento dentro do Parque. Para complementar a interpretação realizada nos centros de interpretação, foram também elaboradas brochuras relativas aos percursos pedestres do PNPG. Constatou-se que estas contêm informação interpretativa direccionada e comportamental, destinadas a influenciar, de uma forma explícita, os movimentos e os comportamentos dos visitantes, respectivamente. Aspecto positivo é o facto das brochuras conterem também informação educacional, a qual poderá contribuir para que se desenvolva voluntariamente uma vontade de conservar os recursos. As brochuras foram concebidas para promover, tanto uma correcta gestão dos visitantes dentro do PNPG, como para permitir a educação ambiental. Se confrontarmos as técnicas de interpretação projectadas com as características e os interesses dos visitantes do PNPG, podemos confirmar a relevância da interpretação, nomeadamente na exploração de aspectos ambientais e da cultura tradicional. Verificaram-se também alguns requisitos especiais a ter em conta na interpretação destinada aos visitantes estrangeiros.

A conjugação da interpretação fornecida através de centros de recepção e de brochuras de percursos pedestres, já adotada no PNPG, constitui um instrumento de grande utilidade em termos de interpretação, o qual pode ser aplicado noutras áreas geográficas onde se pretenda promover a conservação dos recursos e a educação ambiental dos visitantes. Através dos centros de recepção pode ser estabelecido um primeiro contato com os visitantes da área, a partir do qual se pode influenciar o movimento e comportamento dos visitantes dentro da área. As brochuras surgem como um complemento a estes centros, podendo também contribuir para orientar os fluxos de visitantes e para promover determinado tipo de comportamentos, contribuindo para um contato com certos recursos divulgados.

4. Bibliografia Citada

BINKS, G., DIKE, J., DAGNALL, P. **Visitors Welcome**. Crewe: Formecon Publishing, 1988. 161 p.

BRAMWELL, B., LANE, B. Interpretation and sustainable tourism: the potential and the pitfalls. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v. 1, n. 2, p.71-80, 1993.

COOPER, C. Enlightened management technique. **Tourism Management**, London, v. 8, n. 4, p.351-354, 1987.

DGT. Inventário dos recursos turísticos. Lisboa, **DGT**, Janeiro, 2001.

DGT e ICEP. **Guia oficial do alojamento turístico 2000**. Lisboa, DGT e ICEP, 303 p., 2000.

DGT e ICEP. **Guia oficial de turismo no espaço rural**. Lisboa, DGT e ICEP, 484 p., 2000a.

GAYFORD, C. The nature and purposes of environmental education. In: Harris, G. Blackwell, C. (Eds.). **Environmental issues in education**. Aldershot, England, Arena, cap. 1, p.1-20, 1996.

HERBERT, D. Does interpretation help? In Herbert, Prentice e Thomas, **Heritage sites: strategies for marketing and development**. Great Britain, Avebury, Aldershot, cap. 6, p.191-230, 1989.

ICN **a, b, c das áreas protegidas de Portugal Continental**. Lisboa, ICN, 2001. 144 p.

ICN URL: <http://www.icn.pt> , 2002 (acesso em 2002).

KASTENHOLZ, E. **O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal**, 2002. 322 p. Tese de Doutoramento - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

KUO, I. The effectiveness of environmental interpretation at resource-sensitive tourism destinations. **International Journal of Tourism Research**, Chichester, v. 4, p.87-101, 2002.

OMT, UNEP. **Guidelines: Development of National parks and Protected areas for tourism**. Madrid, WTO e UNEP, p.53, 1992.

PALMER, J., NEAL, P. **The handbook of environmental education**. London and New York, Routledge, .267p. 1994.

PNPG. **Trilho pedestre de longo curso – Percurso Cabril / Paradela** (brochura). ICN e PNPNG, 1993.

PNPG. **Projecto piloto Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês – Fundamentação e estudos preparatórios. 2ª fase Modelo teórico, programa preliminar, esboço de Lamas de Mouro**. PNPNG, Braga, Portugal, 1997.

PNPG. **Trilho da Preguiça – Percurso interpretativo da Ecologia do Carvalho** (brochura). ICN e PNPNG, 2001.

PORTUGAL. **Dec. Lei 47/99 de 16 de Fevereiro** (Define as diversas modalidades de hospedagem, actividades e serviços complementares de animação ambiental do turismo de natureza), 1999.

STEWART, E.J., GLEN, M.H., DALY, K., O'SULLIVAN, D. To centralise or disperse – a question for interpretation: a case study of interpretative planning in the Brecks. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v. 9, n. 4, p.342-355, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELO ECOTURISMO, EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA PROPOSTA EFETIVA PARA O PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (PEPB) – RJ

Nadja Maria Castilho da Costa e Vivian Castilho da Costa

Introdução

Cada vez mais está evidente o interesse da população, principalmente urbana, na busca pelo contato com a natureza. Os remanescentes de Mata Atlântica nas áreas Naturais Protegidas ou Unidades de Conservação (UCs) têm suscitado forte preocupação quanto a sua preservação e manutenção. A demanda por essas áreas tem sido muito grande, principalmente nos países que contêm uma grande biodiversidade, como é o caso do Brasil. Seus recursos são raros e, às vezes, únicos, geralmente, caracterizados por uma alta fragilidade e suscetibilidade a perdas irreparáveis, se não forem protegidos e compreendidos pelas próprias populações que os circundam.

Neste contexto, vêm surgindo programas de Educação Ambiental⁵, para suprir a necessidade de reorientar hábitos, atitudes, costumes e valores das comunidades e visitantes que utilizam as UCs e seu entorno, assim como a falta de informação e até mesmo de apreciação, das belezas naturais e culturais que esses recursos possuem, além de contribuir para a minimização ou solução dos impactos neles causados.

Uma das formas de utilização desses recursos que, atualmente, vem crescendo no mundo é o ecoturismo. Cabe, portanto, discutir sobre as bases conceituais desse tipo de turismo, como ele vem se desenvolvendo nas áreas legalmente protegidas e quais as possíveis relações e contribuições para a Educação Ambiental, realizada nas UCs de Uso Indireto (Parques Nacionais e Estaduais, principalmente).

1. Lazer, Recreação, Turismo e Ecoturismo: A Interface de suas Ações nas Áreas Metropolitanas

O progresso tecnológico e organizacional advindos da Revolução Industrial fez aumentar a produtividade, reduzir custos e as jornadas de trabalho e elevou o nível de recursos disponíveis para o consumo (inclusive o tempo), alcançando camadas da sociedade cada vez mais amplas.

⁵ PEDRINI (1998), destaca que a Educação Ambiental, no computo global, surgiu a partir da grave situação do uso inadequado dos recursos naturais do Planeta, em diferentes escalas espaciais e temporais.

No século XX, o lazer e o turismo surgiram como atividades de massa, trazendo à tona muitas oportunidades de negócios e objeto de maiores interesses econômicos. Segundo SONEIRO (1991:215): “quando as sociedades industriais alcançam elevadas taxas de concentração demográfica nas áreas urbanas, o meio natural começa a ser valorizado para o turismo”. Cresce, assim, a busca por paisagens naturais e também pela diversidade dos espaços, valorizando as periferias urbanas (áreas periurbanas) que assumem um papel importante, pois são elas que possuem os pontos de atração que passam a ser valorizados, cada vez mais, por todo um sistema. São eles: agências de viagem, empresas aéreas, hotéis, e órgãos do governo, que atraem outras formas de “(re)alimentar” o turismo. Isso é feito através da abertura de lojas de artesanato, de produtos esotéricos e de *souvenirs*, centros culturais e artísticos, entre outros.

Após a II Guerra Mundial, o turismo e o lazer atingiram um patamar de crescimento que fez com que, do ponto de vista econômico, passassem a ser considerados como “indústrias”, particularmente nas grandes metrópoles. A conseqüente melhora na qualidade de vida, incremento da renda, da capacidade de gastos, redução da carga horária de trabalho, ampliação do período de férias remuneradas e a democratização dos meios de transporte coletivos e particulares, originaram um espetacular desenvolvimento da mobilidade espacial da população mundial com fins recreativos (SONEIRO, *op. cit.*).

O estudo do turismo, por sua vez, não pode estar desvinculado da compreensão do conceito de lazer. O turismo é uma atividade que se coloca no âmbito mais amplo do lazer⁶. De certo modo, as decisões de “fazer” turismo dão-se, às vezes, em conjunto com algumas atividades de lazer (por exemplo: viajar para ir à Disneyworld) e sempre em detrimento de outras (por exemplo: acompanhar e/ou participar de eventos ou atividades na própria cidade de residência, ao invés de viajar). É preciso, portanto, compreender, também, com bastante profundidade, a questão do lazer e do uso do tempo, para que se possa melhor situar, analisar e gerir as práticas ligadas ao turismo.

Discussões a respeito do conceito de recreação e de turismo são infestadas por terminologias imprecisas. Contudo, há um considerável número de trabalhos na literatura que tentam clarificar o significado de tais termos, assim como recreação e lazer, que possuem definições universalmente aceitáveis.

Alguns conceitos sobre recreação e lazer começaram a surgir nos Estados Unidos, em diferentes épocas. Mas, o termo “lazer”, com significado equivalente a recreação, tem predomínio na Europa e, segundo DUMAZEDIER (1962), embora estejam associados ao mesmo assunto possuem significados sutilmente diferentes. Lazer pode ser considerado como o tempo que se dispõe depois do trabalho, do sono e das tarefas pessoais e domésticas para a pessoa fazer o que quiser, estando associado a uma medida de tempo (“tempo disponível”). A recreação contempla

⁶ Essa definição do turismo como atividade de lazer aparece em toda a bibliografia referente a turismo, no exterior e no Brasil. Apesar disso, é importante considerar o fato de que uma categoria especial de viagens, ligada às atividades profissionais, vem crescendo muito no presente. No caso do estado de São Paulo, ela respondeu, segundo a Pesquisa sobre Demanda Turística Internacional de 1998, pela maior parte (56%) dos turistas recebidos naquele estado, no referido ano.

grande variedade de atividades que é empreendida durante o lazer. Fora dos círculos profissionais, provavelmente nunca teve uma palavra ou frase em circulação para descrever aquele tempo que nós utilizamos como lazer.

Assim sendo, lazer, recreação e turismo são abstrações de experiência comum vivida, que só os que estão fora dela podem perceber sua diferenciação. É essa a linguagem acadêmica e a linguagem que o planejador está acostumado a pensar (CUNNINGHAM, 1980).

A gestão de empreendimentos, tais como: parques temáticos, parques aquáticos, áreas de eventos culturais, exposições, rodeios, clubes de lazer e esportes, dentre muitos outros, não pode prescindir de estudos na área do lazer, pois esses locais podem colocar-se na rota de turistas e se caracterizar como atrativos turísticos.

Contudo, a relação entre turismo e recreação é bem estreita e a literatura geralmente os enfoca como aspectos relativos ao mesmo fenômeno. Usualmente, estão associados, mesmo porque podem ser encontrados recreacionistas e turistas, juntos, nos mesmos locais, fazendo coisas semelhantes.

Segundo CLAWSON & KNETSCH (1974), o lazer é um tempo, enquanto recreação é uma atividade (ou inatividade). Ambos estão altamente correlacionados, mas não são sinônimos.

Turismo e recreação, particularmente ao ar livre, têm dois aspectos básicos: a provisão e a demanda por instalações. As interações entre ambos acontecem em várias escalas, refletindo o tempo disponível e as distâncias que podem ser atravessadas durante aquele tempo. Há, assim, uma diferença da recreação realizada na residência para a recreação realizada à distância. A última, freqüentemente está associada à aquisição de acomodação temporária. Isto significa que o turismo pode ser considerado como uma forma extrema de recreação que é distinguida pela relativa longa permanência longe de casa e pela distância percorrida (BRITTON, 1979).

Turismo e recreação freqüentemente compartilham as mesmas instalações e competem por espaço e oportunidades de negócios. Podem ser criadas instalações, a exemplo do que ocorre nos parques temáticos, para atrair os turistas e também satisfazer os recreacionistas. Pode existir uma demanda local para novas instalações recreativas (por exemplo, montanhas de esqui artificiais), incitadas por experiências sugeridas por turistas estrangeiros. Medidas adotadas para melhorar o ambiente, como por exemplo, conservar e restabelecer paisagens de parques nacionais e monumentos históricos, beneficiam a recreação e o turismo. As demandas e os efeitos de recreação e turismo são, então, muito interrelacionadas. BURKART & MEDLIK (1974:10) descreveram a confusa situação, da seguinte forma:

"turismo representa um uso particular de tempo desocupado e uma forma particular de recreação, mas não inclui todos os usos de tempo desocupados nem todas as formas de recreação. Inclui muita viagem, mas não toda a viagem. Então, conceitualmente, turismo é distinguido em particular, por um lado, de conceitos relacionados de lazer e recreação, e de viagem e migração no outro".

Em síntese, turismo compreende uma gama de escolhas ou estilos de recreação, expressa por viagens ou por uma mudança temporária, de seu local de residência. É uma modalidade de lazer ou recreação. O mercado e as mudanças rápidas de tecnologias e nos sistemas social, político e econômico, permitiram às pessoas, procurarem novas e diferentes formas de recreação, aumentando a importância do turismo. Segundo MATHLESON & WALL (1982), o turismo possui um desenvolvimento evolutivo ao fazer uso do lazer e, portanto, representa a ampliação da oportunidade para o exercício da escolha dos tipos de atividades recreativas.

Uma das modalidades de turismo, que pode apresentar atividades de recreação e lazer, vem crescendo muito no mundo todo, e chama-se turismo ecológico, ou ecoturismo, como é mais conhecidamente denominado.

A discussão do ecoturismo no Brasil é relativamente recente. Em 1987, a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) lançou no mercado um novo produto turístico denominado "Turismo Ecológico", mas poucos resultados foram obtidos nesta linha de atuação, até o lançamento da publicação "*Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*" (BARROS II & LA PENHA, 1994). Nesse documento, o ecoturismo é definido como:

"um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".

O conceito implica, portanto, em valorização do patrimônio natural e cultural e no compromisso de bem-estar das populações locais, ou seja, é entendido como modalidade de "Turismo Sustentável" e não apenas como um segmento da atividade turística centrada unicamente no "bem natural". Apesar disso, somente há pouco tempo o Ecoturismo vem se estruturando como política governamental e tem sido pouco praticado nas Unidades de Conservação, não tendo conseguido a união dos interesses da EMBRATUR com os do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e demais órgãos de controle ambiental.

O ecoturismo se caracteriza como uma atividade econômica especial, não somente porque é geograficamente localizada e participativa da própria organização do espaço, mas também porque apresenta uma demanda flutuante ao longo do ano, tendo uma singular preferência na escolha pelos usuários, sendo sua oferta constituída de produtos baseados em atrativos naturais e/ou culturais. É aí que reside o perigo de oportunistas, com sua ética empresarial imediatista e selvagem, não darem o adequado valor à matéria prima de seus produtos: o meio ambiente e a cultura, recursos frágeis e de difícil regeneração e/ou reposição.

2. A Educação Ambiental como Alicerce das Atividades Ecoturísticas em Unidades de Conservação

Nos últimos anos, o crescimento do turismo, particularmente do ecoturismo, tem sido considerável e os empresários desse segmento estão otimistas com essa fonte crescente de recursos, que se mostra ecologicamente viável e economicamente lucrativo, podendo contribuir à resolução de uma série de problemas, particularmente nas Unidades de Conservação, a exemplo da manutenção e fiscalização de seus ecossistemas.

Porém, algumas atividades ecoturísticas podem produzir impactos negativos, dependendo da forma como sejam conduzidas. Na realidade, o grande dilema das Unidades de Conservação, principalmente aquelas localizadas em áreas urbanas densamente ocupadas, é a preservação da integridade ecológica, concomitantemente ao uso do potencial de seus recursos para o lazer controlado e a recreação.

Será que o turismo pode ser visto como uma ferramenta para a conservação e desenvolvimento sustentável? Por que ter turismo ecológico em áreas protegidas? Neste contexto, são inúmeras as iniciativas qualificadas como "ecoturísticas", no Brasil, que se implantam de forma oportunista e não comprometida. Como desdobramento do problema, em diversos encontros nacionais e internacionais sobre o tema, tem sido evidente o grau de distorção conceitual sobre o que vem a ser ecoturismo. Esta divergência filosófica, ideológica e conceitual talvez represente o tópico central a ser equacionado e trabalhado metodologicamente, como ponto de partida para o desenho estratégico de programas efetivos de manejo e Educação Ambiental a serem implantados em UCs.

As atividades turísticas têm-se desenvolvido de tal forma que os indivíduos escolhem os lugares que vão visitar, muitas vezes, através de critérios que associam aspectos peculiares e especiais, ou seja, pela "personalidade do lugar", pelas características ambientais mais fortes, acabando por relacionar a natureza com os seus costumes e relações sócio-culturais e individuais. Em relação à natureza, o que o turista pode exigir? Uma bela paisagem? Até onde sua capacidade de percepção pode ir? Segundo TUAN (1980:72):

“A avaliação do meio ambiente pelo visitante é puramente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes. (...) sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros.”

A experiência e visão de mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois o contato direto com a paisagem permite ao indivíduo construir seu espaço perceptivo justificando, assim, um estudo de paisagens da natureza, conduzindo para a elaboração de programas de Educação Ambiental. No entanto, um mesmo lugar pode ser vivido de diferentes formas e a paisagem pode deteriorar-se, se for usada para exercícios da atividade turística das

mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas.

Algumas razões merecem destaque para a utilização do turismo ecológico, particularmente em Unidades de Conservação, tanto sob o ponto de vista ambiental quanto sócio-econômico. Uma dessas razões é que a atividade ecoturística deve levar em conta as características das comunidades locais (dos receptivos), colaborando com a mentalidade comercial do núcleo, a fim de permitir e promover melhores meios de sobrevivência e qualidade de vida para sua população.

BARRETO & SORRENTINO (1996), destacam "*o isolamento das Unidades de Conservação em relação à comunidade em geral*", exceto em poucas atividades onde as comunidades se tornam apenas receptoras de informações, com destaque para importância destas áreas para o meio ambiente.

Outra questão a se considerar refere-se às bases econômicas que norteiam o verdadeiro ecoturismo, que são antagônicas às do turismo de massa, orientado para maximizar receitas ao invés de resultados. A maximização de receitas, que implica em atrair o maior número possível de turistas, impactando atrativos, não combina com o ecoturismo, que aponta para a maximização de resultados, o que pode ocorrer em níveis baixos de visitação, uma vez que os custos, e, principalmente, os impactos ambientais e/ou culturais podem aumentar mais rapidamente do que as receitas, quando se têm altos níveis de visitação. É preciso lembrar que todo tipo de turismo tem um custo ambiental e/ou cultural.

Paralelamente a isso, as localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada e, às vezes, são impróprias a um aporte maior de visitantes em épocas de alta temporada e fins de semana prolongados. Por sua vez, na formação de centros turísticos, a população nativa é freqüentemente afastada de seu local de moradia e de sua atividade de origem.

Essas considerações nos permitem destacar que a abordagem perceptiva ambiental e a educação, tanto das populações locais como de seus visitantes, é significativa para o entendimento das relações resultantes das experiências vividas com as paisagens das áreas preservadas e que pode, também, servir de fundamentação para a implantação de programas cujo objetivo seja o de melhorar a qualidade de vida da população, reforçada pela elaboração de propostas de Educação Ambiental para essas comunidades.

MANOSSO (2001) destaca que a EA para aqueles que praticam o Ecoturismo deve ser desenvolvida de maneira diferenciada da forma tradicional. Segundo ele, o ecoturista deve ter um mínimo de conhecimento sobre as características geo-ambientais da área onde serão efetuadas as atividades e sobre as relações sócio-ambientais existentes, considerando que as UC's têm

características próprias e, muitas vezes, únicas, que devem ser levadas em conta nos trabalhos de capacitação do público-alvo.

Neste sentido, uma avaliação espacial multi e interdisciplinar dos vários aspectos do meio físico-biótico e sócio-econômico de uma UC, torna-se fundamental, como subsídio às práticas educativas.

O uso de ferramentas, a exemplo das técnicas e softwares de geoprocessamento⁷, conduzirá a uma análise integrada dos dados de maneira precisa e passível de ser atualizada de forma rápida e eficaz.

Uma das formas mais eficientes para transferir tais conhecimentos, tanto para os visitantes quanto para os moradores do interior e entorno de uma área protegida, é através da realização de cursos de capacitação para professores, particularmente das escolas situadas em sua periferia. Estes serão os verdadeiros difusores de conhecimento para os interessados, não somente em conhecer a UC, mas também de participar ativamente da proteção de seus recursos naturais. Os professores devem compreender ações de Educação Ambiental formal e informal. Segundo TABANEZ et al (1996), no que diz respeito à educação informal, o processo é complexo, porém necessário na medida em que eles serão os responsáveis pela implantação de uma conscientização conservacionista, numa geração altamente receptiva de conhecimento e ávida por aplicá-lo em termos práticos e efetivos, quais sejam: as crianças e os adolescentes.

2.1 - A Importância do Uso da Recreação Florestal nas Unidades de Conservação

Conforme foi mostrado anteriormente, a recreação, em geral, está associada às atividades ecoturísticas, podendo ser desenvolvida em áreas naturais, devendo estar condicionada a mínima ou nenhuma alteração do patrimônio natural, ou seja, a construção de infra-estrutura aos visitantes, como abertura de estradas, trilhas ou áreas de camping, devem causar o menor impacto paisagístico e ambiental possível. Ainda, como uma norma geral, a recreação em Unidades de Conservação não deve ocorrer sem a efetivação de programas integrados de Educação Ambiental. Essa Educação Ambiental deve ter como um de seus objetivos, dar oportunidade de obtenção de conhecimento sobre os diversos recursos naturais, a mais variada clientela.

Neste sentido, a recreação florestal é um recurso muito utilizado no ecoturismo. CLAWSON & KNETSCH (*op. cit.*) dividiram a recreação em dois tipos distintos: recreação em ambientes fechados ou cobertos (*indoor recreation*) e recreação ao ar livre (*outdoor recreation*), mas foi DOUGLASS (1972) que avaliou que a recreação florestal seria qualquer forma de recreação ao ar livre, particularmente em área florestada. No Brasil, o termo “recreação florestal” é mais empregado para trabalhos técnicos ligados à conservação da natureza. As áreas legalmente protegidas são os locais mais apropriados à sua prática, tendo no seu bojo, a Educação Ambiental.

⁷ O uso de softwares de SGI (Sistema Geográfico de Informação), tais como: Arcview, Idrisi, Spring, Mapinfo, entre outros.

Segundo MILANO (1997:49), a Educação Ambiental em UCs deve usar processos recreativos, principalmente através da interpretação da natureza. Ele define a interpretação como sendo:

“... uma atividade educativa, cujo propósito é dar a conhecer o significado dos recursos através de aspectos originais, por experiência direta ou por meios ilustrativos, ao invés do simples comunicar de sua significância ou importância. As técnicas de interpretação em áreas silvestres objetivam confundir as atividades de recreação e educação, imperceptivelmente, de maneira que o visitante desenvolva sua Educação Ambiental sem se perceber disso.”

Portanto, interpretação ambiental é a tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que os ecoturistas sejam informados e educados, além de divertidos, podendo utilizar como “arma” de interação, a recreação florestal. O objetivo fundamental da interpretação não é somente instrução, mas a provocação. Deve despertar curiosidade, ressaltando o que parece insignificante. Deve ser dirigida para cada tipo de público (diferenciado para crianças e adultos) e de interesse especial. Ao mesmo tempo, deve relacionar os objetos de divulgação ou interpretação com a personalidade ou experiência das pessoas a quem se dirige.

A informação como tal, não é interpretação. A interpretação é uma forma de comunicação que vai além da informação, tratando dos significados, interrelações e questionamentos. Toda a interpretação inclui informação, sendo uma arte que combina muitas artes (sejam científicas, históricas, arquitetônicas), para explicar os temas, utilizando todos os sentidos para construir conceitos e provocar reações no indivíduo. Deve tratar do todo, em conjunto, e não de partes isoladas e os temas devem estar interrelacionados.

2.2 – O papel das trilhas interpretativas como veículo de Educação Ambiental

Como foi dito anteriormente, a interpretação ambiental não somente promove a informação, mas proporciona e incentiva a integração do homem com a natureza. Neste sentido, a interpretação serve como uma ferramenta da educação ambiental para a solução dos problemas ligados a manutenção e conservação de áreas naturais e vem se destacando como importante instrumento de “*manejo de visitantes*”, como afirma DELGADO (2000:156):

“É uma atividade educativa, que não necessariamente faz parte de um processo, mas de uma estratégia de manejo para minimizar os problemas decorrentes do uso público de uma determinada área ou região”.

Como este mesmo autor denota, as atividades interpretativas podem chegar a formar parte de uma estratégia educativa e ser uma importante arma redutora dos impactos socioambientais das atividades econômicas humanas, principalmente quando integradas ao turismo de massa.

A implantação de trilhas interpretativas em Unidades de Conservação deve, portanto, ser pensada através do método personalizado, como ressaltava Delgado, pois exige a presença e a participação de um guia ou intérprete. As trilhas interpretativas personalizadas são também denominadas por outros pesquisadores, de trilhas interpretativas guiadas. Tais trilhas são as mais indicadas para a implementação de atividades de Educação Ambiental em áreas naturais, pois é o mais conhecido instrumento que guias turísticos e intérpretes utilizam para os visitantes de UC's e o método que mais apresenta facilidades na transmissão de conhecimentos em programas de EA ao ar livre.

As trilhas interpretativas se diferenciam de outras trilhas (das que são simplesmente voltadas a caminhadas e excursões), pois exigem um planejamento adequado das atividades recreativas a serem desenvolvidas nelas e de seus produtos turísticos, já que *“ganham tratamento interpretativo quando indicadas às paradas de interpretação, ou ainda possuem placas interpretativas nos lugares mais estratégicos”* (DELGADO, *op. cit.*:164). TABANEZ *et al* (1997:89) também destaca essa diferenciação, afirmando que as trilhas interpretativas proporcionam *“oportunidade de contato direto com o ambiente natural, direcionado ao aprendizado e à sensibilização”* dos visitantes e turistas que as utilizam.

Enfim, deve existir nas áreas legalmente protegidas uma perfeita parceria entre o ecoturismo, a interpretação através de trilhas e a educação ambiental, pois só assim haverá um maior e melhor aproveitamento das atividades que, certamente tem que contemplar simultaneamente: conhecimento científico, apreciação dos recursos naturais e redução dos impactos sócio-ambientais.

3 - Propostas Efetivas de Educação e Interpretação Ambiental no Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB (município do Rio de Janeiro)

O Parque Estadual da Pedra Branca localiza-se na porção central do município do Rio de Janeiro, totalizando uma superfície de 12.398 ha. Trata-se da segunda mais importante Unidade de Conservação da cidade, tendo sido criada em 1974, através da Lei Estadual nº. 2.377 de 28 de junho.

Apesar dos quase trinta anos de existência, somente a partir de 1995, estudos sistemáticos começaram a se desenvolver, culminando com a realização de seu Plano Diretor, ainda em fase de conclusão (COSTA, 2002). Nele, o diagnóstico ambiental mostra que, em 1996, já existia cerca de 1.000 famílias residentes em seu interior e 15.000 famílias em sua periferia próxima (entre as cotas 50 e 100 m)⁸. Hoje, esses números devem ter triplicado, em face ao crescimento acelerado que a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro vem apresentando. Isso

⁸ O limite da área protegida corresponde a todo maciço montanhoso acima da cota de 100 m de altitude.

significa que a Unidade de Conservação vem sofrendo forte pressão antrópica, traduzida no aumento crescente da população em seu interior, apesar do *status* de área protegida.

MARICATO (1996), destaca a relação existente entre a desvalorização para o mercado imobiliário, das terras que se encontram legalmente protegidas, e o fato de exercerem atração para ocupação ilegal pela população pobre. A posição negligente da fiscalização facilita o seu processo de ocupação (grilagem e posse), pois os invasores não encontram resistência quando efetuam o assentamento. Para isso não ocorrer, a população urbana próxima e dentro do Parque necessita se inserir no processo de manejo efetivo do mesmo, considerando que, a ação de desapropriação de um número tão elevado de pessoas, não deverá ocorrer⁹. Assim sendo, há a necessidade de uma ação integrada e, conseqüentemente, harmoniosa entre aqueles que querem preservar e/ou conservar seus recursos naturais e os que residem em seu interior, pois só assim os objetivos práticos de manejo poderão ser alcançados. A Educação Ambiental se constitui numa dessas ações. Segundo VASCONCELOS (1997), ela é um processo permanente no qual as comunidades tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências e valores que as tornam capazes de agir, individualmente ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais.

Várias deverão ser as formas de desenvolvimento de práticas educativas, com destaque para: (a) a questão das áreas de risco de deslizamentos, considerando que todo maciço da Pedra Branca se constitui em área de alta vulnerabilidade a ocorrência de movimentos de massa; e (b) a questão do ecoturismo, que poderá, a médio e longo prazo, proporcionar geração de emprego e renda à população e auto-sustentabilidade para o Parque. Nos dias atuais, programas que gerem recursos financeiros, tanto para a Unidade de Conservação, quanto para os que nela residem, são oportunos e fatalmente conduzirão ao desenvolvimento integrado da região.

3.1 - O ecoturismo no PEPB: integrando lazer, recreação e Educação Ambiental

Os programas educativos normalmente desenvolvidos em áreas públicas, particularmente naquelas legalmente protegidas, estão direcionados principalmente ao público visitante, seja ele residente ou não na Unidade de Conservação. SIRKIS (1999) ressalta que eles devem contemplar: sinalização ecológica, trilhas, coleta seletiva do lixo e elaboração de material educativo (folhetos, folders, vídeos, etc.) que mostre, não somente noções de meio ambiente e legislação, como também as principais características da área. Porém, no caso do Parque Estadual da Pedra Branca, que é uma Unidade de Conservação urbana com população residente em seu interior, as práticas educativas devem estar direcionadas, também, aos moradores que poderão se converter em monitores ambientais, voltados simultaneamente, à proteção do meio ambiente local e fomento as atividades ecoturísticas, mantendo contato direto com os usuários.

⁹ A regularização fundiária é um dos graves problemas enfrentados pela grande maioria das unidades de conservação que comportam ocupantes em seu interior.

Essas práticas, envolvendo a população residente no interior e periferia próxima ao Parque, terão outra função importante, que é minimizar os conflitos de interesses entre ela e a administração da Unidade, proporcionando a adesão dos moradores à tarefa de conservação dos recursos naturais e fomento ao ecoturismo local, num processo de planejamento e gestão participativa.

Os estudos realizados para o Plano de Manejo do PEPB (COSTA, op. cit.), apontaram algumas áreas com forte potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e lazer. Nelas, essas atividades, de certa forma, já vêm sendo desenvolvidas, porém, de maneira incipiente e caótica, sem planejamento e controle dos usuários que as freqüentam. Um dos exemplos marcantes é a represa do Camorim, em sua vertente leste (próxima ao bairro de Curicica, Jacarepaguá). Uma parcela significativa dos visitantes chega ao açude, de rara beleza, através de trilhas alternativas, burlando a fiscalização do Parque (localizada na trilha principal). Isso vem acarretando sérios problemas ambientais, principalmente no que diz respeito ao comprometimento da qualidade de suas águas, que abastecem a baixada de Jacarepaguá.

Uma das formas pensadas para conciliar ecoturismo e conservação dos recursos naturais da área são o desenvolvimento de programas de educação/interpretação ambiental¹⁰. Eles deverão ser utilizados como veículos de mudanças, com efeitos importantes na reorientação de hábitos e valores das comunidades usuárias da Unidade de Conservação. Permitirão que a população (particularmente a residente) encontre em seu interior, um local de lazer, recreação e práticas ecoturísticas, simultaneamente ao aprendizado e melhoria da qualidade de vida.

3.1.1 – Planejamento e implantação de trilhas interpretativas: aliando comunidades residentes e visitantes no processo de EA.

Um dos fatores preocupantes no manejo do PEPB diz respeito ao crescimento da população que reside no seu interior e periferia próxima. A expectativa é que hoje, residam no interior da gleba, cerca de 3.000 famílias e em sua periferia, 20.000. Isso conseqüentemente gera um aumento no número de visitantes e/ou pessoas que transitam por suas trilhas. FIGUEIREDO (1999) ressalta que as atividades de manejo de áreas naturais protegidas envolvendo populações, devem acabar com as barreiras das relações interpessoais, superando as limitações impostas pelas burocracias institucionais e pela falta de um planejamento participativo. Deve-se, porém, tomar cuidado com o processo de "*invasão cultural*" procurando realizar um trabalho "*com as populações envolvidas e não para elas*". Neste sentido, todos os atores do processo deverão ser beneficiados. Destaca ainda que os administradores das UCs e os empreendedores do ecoturismo

¹⁰ A interpretação ambiental é uma prática bastante antiga. Foi proposta pela primeira vez, em 1957, por Freedman Tilden e se constitui numa atividade educativa que tem por objetivo, revelar os significados e as relações existentes no meio ambiente, por meio de objetos originais e ilustrações, ao invés de simplesmente comunicar a formação literal, sendo uma maneira estimulante da pessoa aprender, em linguagem acessível (VASCONCELLOS, op. cit.).

devem não somente respeitar a população local, mas também reconhecê-la como agente transformador e coadjuvante da proteção ambiental.

No caso específico do PEPB, há que se distinguir a população tradicional, que já reside no local há mais de 30 anos, ou seja, antes da criação da Unidade de Conservação - com suas raízes e valores a serem preservados - daquelas que invadiram o Parque recentemente, em busca de moradia, e pouca ou nenhuma identidade tem com ele. Apesar da necessidade e importância da participação de todos no processo educativo voltado ao ecoturismo conservacionista, a contribuição da primeira, sem dúvida é mais significativa, pelo conhecimento da realidade local e, seguramente maior interesse na proteção dos recursos naturais. Neste sentido, deve haver um esforço ainda maior pra integrar o chamado “*etnoconhecimento*” dos moradores mais antigos (DIEGUES, 1999) aos planos de manejo, bem como das ações educativas a eles direcionadas .

As atividades educativas e recreativas em áreas florestais são, em grande parte, realizadas através de programas de uso público em trilhas de interpretação ambiental. ANDRADE & ROCHA (1990) afirmam que ainda é incipiente, no Brasil, o processo de implantação de trilhas de interpretação e isso obviamente se aplica ao PEPB. Dentre os vários problemas encontrados à sua implantação, destacam-se os mesmos colocados pelo autor, quais sejam: abandono, falta de infraestrutura adequada, falta de manutenção, problemas erosivos (a exemplo da trilha que leva ao açude do Camorim), ausência de segurança, e falta de estudos que avaliem seu real potencial educativo e sua capacidade de carga quanto à visitaçãõ.

A determinação da capacidade de carga em trilhas é usualmente obtida, pela maioria dos estudiosos - principalmente os engenheiros florestais e biólogos - através da metodologia proposta por CIFUENTES (1992) com base em números de visitas/tempo/sítio. Essa metodologia mostrou-se prática, porém não consegue apresentar uma visão conjuntural dos condicionantes físico-ambientais presentes nos pontos mais vulneráveis das trilhas, principalmente no item manutenção, pois a capacidade de manejo inclui fatores extremamente mutáveis e que se expressam nas suas condições estruturais.

De acordo com WAGAR (1964, *apud* TAKAHASHI, 1997:66), a capacidade de carga recreativa “*é um conceito adaptado, emprestado do manejo de pastagens, criado para buscar um número ideal de visitantes que uma área pode tolerar, enquanto fornece uma qualidade sustentada de recreação*”. Ele afirma ainda que a capacidade de carga recreativa não é um valor absoluto, inerente somente as características ecológicas de cada área, mas também, uma experiência psicológica, dependente das expectativas dos visitantes em relação ao que poderá ser feito e/ou visto na região.

Segundo TAKAHASHI (1997), devem ser feitas reavaliações com base em experiências de manejo que conduziram a uma idéia de capacidade de suporte (ou carga) calcada, não necessariamente no número de visitantes, mas em seu comportamento, sendo os recursos

adequados e as condições sociais, os principais indicadores a serem considerados. Com base nessa premissa, o PEPB demanda urgentemente que estudos dessa natureza sejam realizados, considerando a ausência de efetivo planejamento do ecoturismo e lazer controlado em seu interior. Tais estudos encontram-se, atualmente, em andamento e a metodologia que está sendo aplicada, encontra-se detalhada no trabalho de COSTA & COSTA (No prelo).

No entanto, para que se estabeleça um programa educativo, turístico e/ou recreativo, faz-se necessário uma avaliação técnica das trilhas passíveis de serem utilizadas para tal, a fim de que possam suportar um mínimo impacto de seu uso. Inclui-se aí uma definição dos seus limites de utilização (capacidade de suporte), além da criação de uma infraestrutura básica para a mesma (sinalização, segurança e manutenção).

Os impactos decorrentes do uso devem ser monitorados de forma a que sejam adotadas atitudes de manejo adequadas, antes que o ambiente atinja um grau de deterioração irreversível, tais como: a perda da cobertura vegetal mais sensível, desmoronamentos/deslizamentos e comprometimento da qualidade da água, colocando, inclusive, o visitante em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, é extremamente importante a interrelação da capacidade de carga e de manutenção das trilhas com as condicionantes geo-ambientais (declividade do terreno, solos, ocorrência de processos erosivos, uso do solo, dentre os principais).

STANKEY et al (1985, apud TAKAHASHI, 1997 e 1998), por outro lado, ao defender o “Limite Aceitável de Câmbio – LAC¹¹”, colocam que “*não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos em uma área*”, e que esses impactos estão muito mais ligados ao comportamento dos visitantes, do que propriamente ao número de pessoas que visitam.

É evidente que os impactos negativos estão muito ligados à qualidade do uso, mas não deve ser descartada nem desmerecida a variável quantitativa, mesmo sendo difícil e questionável sua mensuração. Mesmo que todos os visitantes sejam “comportados”, há de se chegar a um limite de suportabilidade (do ambiente e dos próprios visitantes) ditado, de certa forma, pela quantidade de pessoas que transitam nas trilhas, sob determinados condicionantes geo-ambientais. Por isto é que a sua capacidade de suporte é tão importante e tão utilizada pelos pesquisadores. Uma vez quantificada a capacidade de carga dessas trilhas, poderão ser analisadas as formas necessárias de melhorar sua infraestrutura, além da implementação de obras de segurança/proteção das trilhas e dos visitantes, com o intuito de minimizar os processos erosivos, e até, em última instância, evitar caminhadas, nos trechos de maior risco.

Tais medidas visam conciliar o uso recreativo destas áreas com seus outros objetivos primários, como por exemplo, a conservação dos recursos naturais e a pesquisa científica, além de estruturar os locais designados para o desenvolvimento de atividades de uso público que devem ser manejados para controlar os efeitos negativos sobre o ambiente e para garantir a qualidade da experiência do visitante.

¹¹ O “LAC” – concepção que se opõe à “Capacidade de Suporte” – usa a variável comportamental para definição dos limites de utilização de uma área.

4- Considerações Finais

O meio ambiente, como um bem a ser protegido, tem conseguido, atualmente, significativa importância nos processos de tomada de decisão nas diferentes esferas de poder e, cada vez mais, a Educação Ambiental tem sido um veículo importante na implementação de ações transformadoras que conduzam, concretamente, ao desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a integração entre práticas educativas e atividades que conduzam a melhoria da qualidade de vida e gerem renda às comunidades locais, torna-se necessária. Inserir a Educação Ambiental nas atividades ecoturísticas desenvolvidas em áreas legalmente protegidas é um bom exemplo. As mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente somente ocorrerão quando a sociedade, em geral, tiver assimilado, conscientemente, a idéia de harmonizar as preocupações e valores dos indivíduos com os problemas concretos da proteção à natureza, num contexto integrado e associativo entre sujeito e objeto (homem-natureza).

Conceber uma Educação Ambiental que responda, de maneira eficaz, as expectativas de todos os atores envolvidos, compreende não somente a aquisição de novos conhecimentos e técnicas, como também a realização de trabalhos orientados para o presente e o futuro, indo muito além de uma visão imediatista da resolução dos problemas sócio-ambientais.

O PEPB, como um exemplo de UC urbana que sofre os efeitos da pressão populacional, mais do que qualquer outra área protegida, deve promover atividades de ecoturismo que estejam fortemente embasadas em ações educativas. Os pesquisadores envolvidos e os administradores, por sua vez, devem direcionar seus projetos para a implementação de programas que incluam o ensino da EA em escolas e no treinamento de guias e monitores ambientais de Parques, mostrando os valores e benefícios dos princípios ecológicos e de atitudes corretas de preservação dos recursos naturais.

5 – Bibliografia Citada

ANDRADE, W. J. & ROCHA, L. G. Planejamento, Implantação e Manutenção de Trilhas. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6., 1990, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: SBS/SBEF, 1990. p. 35-47.

- BARRETO, K. D. & SORRENTINO, M. A Educação Ambiental nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo e Chile. In: FOREST'96 – CONGRESSO E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL SOBRE FLORESTAS. 2., 1996, Belo Horizonte. **Resumos...** Belo Horizonte: Biosfera, 1996. p. 345.
- BARROS II, S. M. & LA PENHA, D. T. M. de. (Coords.) **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR / IBAMA - BSB, 1994. (Informativo).
- BRITTON, R. **Some Notes on the Geography of Tourism**. [S.l.]: Canadian Geographer, v. 23, p. 276-282, 1979.
- BURKART, A. J. & MEDLIK, S. **Tourism: Past, Present and Future**. London: Heinemann, 1974. 256 p.
- CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidad de Carga Turística em Áreas Protegidas**. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza - CATIE. Programa de Manejo Integrado de Recursos Naturales, 1992. 28 p. (Série técnica, 194).
- CLAWSON, M. & KNETSCH, J. L. **Economics of Outdoor Recreation**. Maryland: The Johns Hopkins Press, 1974. 178 p.
- COSTA, N. M. C. da. **Análise Ambiental do Parque Estadual da Pedra Branca, por Geoprocessamento: Uma Contribuição ao seu Plano de Manejo**. 2002. 310 p. Tese Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, V. C. da C. & COSTA, N. M. C. da. A Aplicação de Trilhas na Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. de G. (Org.). **Metodologias em Educação Ambiental; um Caminho das Pedras**. Submetido a publicação em 2002.
- CUNNINGHAM, H. **Leisure in the Industrial Revolution**. London: Croom Helm, 1980. 225 p.
- DELGADO, J. A Interpretação Ambiental como Instrumento para o Ecoturismo. In: SERRANO, C. (Org.). **A Educação Pelas Pedras: Ecoturismo e Educação Ambiental**. Chronos: [s.n.] (Coleção Tours), 2000. p. 155-169.

- DIEGUES, A. C. S. As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e as Populações Tradicionais. 2. ed. In: SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à Natureza; Turismo, Cultura e Ambiente**. Campinas: Papirus (Coleção Turismo), 1999. p. 85-102.
- DOUGLASS, R. W. **Forest Recreation**. New York: Pergamon Press, 1972. 175 p.
- DUMAZEDIER, J. **Vers une civilisation du loisir?** Paris: [s.n.], 1962. p. 23-28.
- FARIA, H. H. de; *et al.* Estudo da Capacidade de Carga Turística de uma Área de Recreação da Estação Experimental e Ecológica de Itirapina, São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. 1., 1997, Curitiba. **Anais...** v. II, Curitiba: UNILIVRE / Rede Nacional Pró Unidades de Conservação / IAP, 1997. p. 320-332.
- FIGUEIREDO, L. A. V. de. Ecoturismo e Participação Popular no Manejo de Áreas Protegidas: Aspectos Conceituais, Educativos e Reflexões. 2. ed. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas**, São Paulo: Hucitec, 1999. 177 p.
- MANOSSO, F. C. **O Ecoturismo e a Educação Ambiental como Atividades Norteadoras do Desenvolvimento Econômico e Social**. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <educacao_ambiental@grupos.com.br> em 24 out. 2001. Disponível em: <<http://www.turismoeprogresso.hpg.ig.com.br/n2/n2ecoturismo.htm>>.
- MARICATO, H. Urbanismo na Periferia do Capitalismo: Desenvolvimento da Igualdade e Contravenção Sistemática. In: _____. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996. cap. 2, p. 21-52.
- MATHLESON, A. & WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. London and New York: Longman, 1982. 208 p.
- MILANO, S. M. **Unidades de Conservação: Conceitos Básicos e Princípios Gerais de Planejamento, Manejo e Administração**. In: Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba: UNILIVRE, 1997. (Apostila – UNILIVRE, 1). p. 1-60.
- PEDRINI, A. de G. Trajetórias da Educação Ambiental. In: _____. **Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1998. cap. 1, p. 21-87.
- SIRKIS, A. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: Fundação Onda Azul, 1999. 318 p.

- SONEIRO, J. C. **Aproximation a la Geografia del turismo**. Madrid: Editorial Sínteses, Colecion Espacios y Sociedades, 1991. (Serie general, 21).
- STANKEY, G. H. *et al.* **Carrying Capacity of Recreation Settings**. A Literature Review Management. New York: [s.n.], 1985. 47 p.
- TABANEZ, *et al.* A Eficácia de um Curso de Educação Ambiental Não Formal para Professores numa Área Natural - Estação Ecológica dos Caetetus – SP. **Rev. Inst. Flor.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 71-88. 1996.
- _____. Avaliação de Trilhas Interpretativas para Educação Ambiental. In: PADUA, S. M. e TABANEZ, M. F. (Orgs.). **Educação Ambiental – Caminhos Trilhados no Brasil**. Amazônia: IPÊ, 1997. p. 89-102.
- TAKAHASHI, L. Y. **Bases Gerais sobre Recreação, Capacidade de Carga e Limite Aceitável de Câmbio (LAC)**. In: Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba: UNILIVRE, 1997. (Apostila: UNILIVRE, 1). p. 61-75.
- _____. **Caracterização dos Visitantes, suas Preferências e Percepções e Avaliação dos Impactos da Visitação Pública em Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. 1998. 129 p. Tese Doutorado - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- TUAN, Y-F. **Topofilia**. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. 178 p.
- VASCONCELOS, J. M. de O. **Programas de Educação e Interpretação Ambiental no Manejo de Unidades de Conservação**. In: Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba: UNILIVRE, 1997. (Apostila: UNILIVRE 1). p. 77-96.
- WAGAR, J. A. **The Carrying Capacity of Wild Lands for Recreation**. Washington: Forest Science – Monograph 7, 1964. 24 p.

O ENSINO A DISTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIRECIONADO PARA O ECOTURISMO: O CASO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO POR TUTORIA A DISTÂNCIA EM ECOTURISMO DA UFLA/FAEPE.

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio

1- O Ecoturismo no Brasil.

O ecoturismo ou qualquer outra denominação que este segmento do turismo venha a receber, surgiu para determinar um ramo do turismo que especifique viagens ou processos de conhecimento de realidades sobre um local que tenha áreas naturais onde determinadas pessoas pretendem se inserir, mas não morar (RODRIGUES, 1999). Esta autora critica os diversos estudos vinculados ao ecoturismo que acontecem pelo país e que não consideram outros fatores determinantes do fenômeno do turismo. O que tem sido observado é uma visão simplista e limitada de um segmento do turismo, forte e sério que, apesar do apelo interdisciplinar ou transdisciplinar e ecológico (mesmo que no sentido *stricto* da palavra), não assume tal compromisso. |

Oficialmente o ecoturismo é conceituado como um segmento do turismo que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio cultural e natural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas no processo (EMBRATUR, 1994). Para tal afirmação, os envolvidos no desenvolvimento do ecoturismo devem ter claro o que se entende por sustentabilidade (de que, para quem e para o quê), interpretação ambiental e conservação dos recursos naturais. Além dos conhecimentos básicos que estão ligados ao turismo.

O ecoturismo tem forte ligação com os movimentos sociais ambientalistas, sejam eles de visão mais ecológica ou codesenvolvimentista. Este segmento tem procurado se firmar no cenário nacional baseado no apelo socialmente correto, como uma alternativa econômica à população residente próxima aos locais com potenciais ecoturísticos. Para que se cumpra os reais propósitos do ecoturismo, propósitos estes caracterizados em diversas conceituações encontradas na literatura mundial, serão necessários muitos estudos e esforços práticos para acompanhar a evolução meteórica que este segmento do turismo assumiu. Para tal, faz-se necessário assumir uma outra postura como pesquisador, pois dentro do ecoturismo há vários conceitos que devem ser considerados, tal como o de ecologia, o de antropologia, o do próprio turismo, entre outros. Assim, as pesquisas terão que passar a ter um enfoque mais biocêntrico que antropocêntrico (RODRIGUES, 1999).

O rompimento com o mito da natureza intocada é fundamental para a promoção do ecoturismo de forma responsável, pois a partir daí o homem passa a ser inserido na natureza, como agente e receptor de ações ligadas a ela. Mas vale ressaltar, que além das denominações conceituais que o ecoturismo possui, ele é antes de mais nada uma postura do ser humano.

É de se concordar, que para se colocar em prática os propósitos estabelecidos oficialmente para a promoção do ecoturismo, tem que se romper com todo um processo de desenvolvimento sócio-econômico que está estabelecido há mais de um século.

O fato é que tem se observado muito mais a exploração do termo "ecológico", do que uma atividade realmente comprometida com a definição Ecoturismo. As atividades ditas ecoturísticas no Brasil, ainda são elitistas, mantenedoras de um abismo social, e degradantes, ressaltando todos os esforços realizados por ONG's e institutos governamentais ligados ao meio ambiente, para contrapor esta situação. Será apenas através de esforços para a mobilização e a formação responsável de todos os agentes envolvidos no processo da implantação e execução da atividade ecoturística, que realmente será possível converter este quadro de utilização oportunista dos recursos naturais.

2- A Educação Ambiental, seus espaços de ação e sua contribuição para a promoção do ecoturismo.

O debate sobre a educação ambiental no Brasil é relativamente recente e ainda difuso. Há vários trabalhos sendo realizados e muitas discussões sobre a elaboração teórica que possa fundamentar a prática da educação ambiental. O célebre educador PAULO FREIRE (1999) considerava necessário a reflexão crítica sobre a prática, principalmente a educativa, referindo-se a relação teoria/prática, sem a qual a teoria pode ir virando "blablablá" e a prática ativismo. Este autor refere-se a educação como uma forma de intervenção no mundo, considerando *"uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo"* (FREIRE, 1999). A reflexão sobre a relação teoria/prática se torna fundamental para que fuçamos do oportunismo que ronda a temática ambiental.

Neste contexto situaremos algumas classificações e definições acerca da educação ambiental que acreditamos ser esclarecedoras dos propósitos que fundamentam a análise do tema. Sabe-se que a educação ambiental surgiu na tentativa de minimizar e reverter o quadro de degradação ambiental que se instalou no mundo no último século. Quadro este, provocado pelo atual modelo de desenvolvimento que tem como base o capital. Portanto, a educação ambiental possui um enfoque emergencial e transformador, já que prega a busca por outra forma de relação do ser humano com o meio em que está inserido. Esta nova forma de enxergar a educação, que tem muito dos propósitos e diretrizes da educação popular pregada por Paulo Freire, ainda causa muitos conflitos no nível de compreensão dos educadores ambiental em potencial, muitos ainda confundem a educação ambiental com transmissão de conhecimentos ecológicos, em sua essência, trazendo para a educação ambiental um enfoque disciplinar e restrito.

Os raios de ação da educação ambiental perpassam atividades superficiais (em sua maioria) até chegarem a atividades mais aprofundadas em seus propósitos. SORRENTINO (1995a) comenta que muitas atividades de educação ambiental não possuem nenhum tipo de

vínculo pedagógico, avaliativo e de assessoria com a clientela que atende. Por outro lado, há outros “*programas que procuram estimular os participantes a distinguir causas e conseqüências dos processos predatórios e degradadores da qualidade de vida, procurando identificar responsáveis e responsabilidades de cada um, na preservação/conservação, recuperação e melhoria da qualidade de vida de todos. Porém, é bastante comum enfrentarem dificuldades para extrapolar o discurso crítico e provocar atitudes*”(SORRENTINO, 1995a).

Assim, podemos perceber uma visão da educação ambiental que chama a atenção para mudanças de valores atreladas a um processo educativo mais abrangente que o ensino de ecologia e que esta mudança esteja fundamentada na visão de sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento que a própria educação ambiental sugere. Para tal, REIGOTA (1995) complementa que a educação ambiental é uma forma de educação que exige a participação dos cidadãos nas discussões que envolvem a questão ambiental, tentando estabelecer o que o autor chama de “nova aliança” entre o homem e a natureza. Ela deve também estimular a ética na relações econômicas, políticas e sociais (REIGOTA, 1995). O que altera os parâmetros da educação conhecida atualmente, pois, para ele, o termo “ambiental” não envolve somente questões ecológicas e, sim, um universo mais amplo que envolva, acima de tudo, a participação social. Não seria uma educação feita em forma de pacotes, que já chegam para a sociedade prontos e pré-formulados por uma elite intelectual. Ela seria construída pela própria sociedade ao serem discutidos os problemas ambientais de determinada região. Não haveria um único modelo a ser seguido como correto. Essa participação traria à tona uma reflexão sobre a chamada ética cidadã, que seria analisada sob diversas vertentes: a econômica, a política e a social. Para SORRENTINO (1995b) a importância de um resgate da auto-estima do ser humano e do que seja cidadania para as pessoas, é fundamental para o exercício de uma educação ambiental dita plena, completa.

Neste momento é importante classificar os espaços de ação da educação ambiental que, segundo LEONARDI (1996), é dividida em três aspectos:

- I. educação ambiental formal: é aquela exercida como atividade escolar no nível básico dos sistemas oficiais de ensino, tanto em atividades em salas de aula ou fora delas. Ela possui conteúdos, metodologias e meios de avaliação claramente definidos;
- II. educação ambiental não-formal: é aquela que ocorre em outros e variados espaços da vida social, com diferentes componentes, metodologias e formas de ação daquela formal. Seu caráter não-formal indica que é uma atividade fora da escola e é exercida normalmente por sindicatos, ONG's, empresas, secretarias de governo, etc.;
- III. educação ambiental informal: é aquela exercida em outros espaços sociais, muito variados, não possuindo compromisso com a continuidade. Não se exige, também, que defina

claramente sua forma de ação, metodologia e avaliação, como, por exemplo, os meios de comunicação de massa.

Uma outra forma de compreender ou interpretar a educação ambiental seria por meio das classificações apresentadas por SORRENTINO (1995a). Ao tentar compreender as diversas concepções de educação ambiental, este autor as classificou em quatro grandes correntes: “conservacionista”, “educação ao ar livre”, “gestão ambiental” e “economia ecológica”.

A corrente conservacionista o autor considera impulsionada pelo livro de Rachel Carson, “Primavera Silenciosa” publicado em 1962. Este livro trouxe estímulo para reflexões acerca das conseqüências que o uso indevido do meio ambiente traria para a humanidade. Muito difundida em países desenvolvidos, estimulou também movimentos que o autor classificou como pertencente à corrente “gestão ambiental”.

A corrente denominada “educação ao ar livre” tem, como seus criadores, adeptos de atividades ecológicas como a caminhada, o tracking, o montanhismo e os escoteiros. Há pouco tempo é que estas atividades ganharam uma conotação de educação ambiental, com o surgimento do ecoturismo propriamente dito. Segundo este autor *“nos países do norte há maior consistência filosófica em sua prática como o estímulo ao auto-conhecimento e o aprimoramento do fazer cotidiano individual e social”*.

A terceira corrente, denominada “gestão ambiental”, tem suas raízes nos movimentos sociais da América Latina. No Brasil, seu período de auge foi durante a ditadura militar, quando estes movimentos passaram a exigir maior participação da população nos problemas relativos à degradação ambiental e à administração dos espaços públicos, bem como a cobrar do governo atitudes contra empresas ou qualquer outro órgão público ou privado que trouxesse danos ao ambiente.

A última corrente, classificada de “economia ecológica”, tem com bases filosóficas publicações de Ignacy Sachs (Teoria do Ecodesenvolvimento, 1986) e Schumacher (“O Negócio é ser Pequeno”, 1981). Seu grande impulso foi com publicações voltadas para diretrizes norteadoras de atitudes no âmbito sócio-econômico do desenvolvimento da população mundial. Para este autor, é nesta corrente que se encontram duas vertentes que estão norteando hoje a Educação Ambiental: o “desenvolvimento sustentável” e a busca por “sociedades sustentáveis”, onde estes reúnem grupos diversos que vão desde os governantes em geral até grupos opostos ao modelo de desenvolvimento e sociedade que estes governantes propõem.

Este autor também identifica quatro grandes conjuntos de temas e objetivos que os diferentes projetos de educação ambiental se propõem a realizar. São eles: “biológicos” (voltados mais para a questão da preservação e conservação natural do meio), “espirituais/culturais” (voltados para a promoção do auto-conhecimento e compreensão do universo, resgatando valores intrínsecos no homem visando a construção de uma nova ética), “políticos” (voltados para o desenvolvimento de conceitos como a democracia, a participação popular, o diálogo e a auto-gestão), “econômicos” (visando a melhoria da qualidade de vida por

meio da geração de empregos voltados para atividades ambientais e não exploradoras). No mais, ele finaliza a colocação definindo como objetivo geral da educação ambiental *“Contribuir para a conservação/proteção do planeta e de todas as suas espécies e para a melhoria da qualidade de vida de cada indivíduo e comunidade, através de processos educativos instigantes, interativos, holísticos e que resgatem nossas capacidades de auto-conhecimento e de auto-gestão política e econômica”* (SORRENTINO, 1995a).

Concluindo, para o mesmo autor, a educação ambiental deve ter como objetivos promover a interdisciplinaridade, a visão crítica e global/holística, a participação, a interação, o auto-conhecimento, o resgate de saberes e a resolução de problemas. Ela também deve ser (ter como métodos) interdisciplinar, crítica e sistêmica, participativa, interativa, reflexiva, problematizadora e instigante e ter como conteúdo as questões ambientais e de qualidade de vida relacionados com cada realidade que se está trabalhando. Baseados nesta colocação, podemos, enfim, traçar alguns caminhos para a utilização da educação ambiental em atividades Ecoturísticas.

É pensando em como propor mudança de valores e de relação homem/natureza que pode ser inserido a discussão da educação ambiental. Pois a atividade ecoturística pode ser enquadrada como um espaço para ação da educação ambiental não-formal, mas o ecoturismo não se confunde com a educação ambiental, ele por si só não tem o cunho educativo, e sim, muito mais recreativo e de lazer.

Se estamos propondo mudanças, de certo que os mecanismos para atingir tais mudanças devem ser diferentes do convencional. Isso não se constitui objeto deste ensaio, no entanto, existe uma vasta bibliografia sobre metodologias que se baseiam na participação efetiva dos atores envolvidos. Este tipo de intervenção considerada participativa tem como base de seu processo o desenvolvimento da autoconfiança e da faculdade crítica. Elementos essenciais para que as comunidades que habitam localidades com potenciais de uso para o ecoturismo possam se defender dos "ecoexploradores" que, através do discurso do desenvolvimento econômico e do progresso, marginalizam irreversivelmente a população em questão. A atividade ecoturística deve respeitar principalmente os interesses destas populações que, se forem mobilizadas de forma responsável, passarão a reivindicar seus direitos, externar seus interesses e seus temores. Um planejamento participativo também pode oferecer subsídios para o exercício da cidadania plena por parte de pessoas que naturalmente são excluídas de um processo de desenvolvimento.

3- O ensino a distância no Brasil: Breve situação didático-pedagógica.

O ensino a distância no Brasil¹², não é novidade, apesar de ser relativamente recente os estudos voltados para esta temática.

Conceituar o que é a educação a distância parece um tanto óbvio, porém caracterizar a pedagogia que envolve esta modalidade de ensino ainda é difícil. Na literatura em geral, o que mais é observado são conceitos que são construídos a partir da negação ao se comparar a educação presencial, conceituando o que não seria a educação a distância. Portanto a educação a distância se consiste em uma modalidade educativa (contrariando uma série de questionamentos que a apresentam como algo que procure substituir o ensino presencial), que tem como centro do seu processo o aluno, não mais o professor, como é observado no ensino tradicional.

KEEGAN (1991) aponta alguns elementos que considera centrais sobre o ensino a distância:

- ↳ separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial;
- ↳ influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto, organização dirigida etc.), que a diferencia da educação individual;
- ↳ utilização de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos;
- ↳ previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo, e da possibilidade de iniciativas de dupla via;
- ↳ possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.

Esta modalidade de ensino procura trabalhar com uma pedagogia específica baseada na aprendizagem colaborativa de dupla via. O que isto significa? Como o centro do processo é o aluno, e este se encontra distante do professor, é fundamental que um canal entre eles esteja acessível, seja por telefone, fax, e-mail, redes interativas ou por correio postal. Desta forma, o professor passa a ser uma figura muito mais preocupada com a formação integrada do aluno do que apenas um transmissor de informações. Ele dispõe, pelo menos teoricamente, de mais tempo para atender ao seu aluno, processo impossibilitado no ensino presencial, onde as turmas costumam ter em média 50/60 alunos. Chama-se aprendizagem colaborativa, fundamentada no construtivismo, pois um dos pilares principais do ensino a distância é a motivação do aluno para o assunto estudado, já que o professor não estará presente para

¹² O ensino a distância no Brasil está previsto na "lei de diretrizes e bases da educação nacional". Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 80, no título VIII: Das Disposições Gerais. No artigo 32, § 4º; artigo 37, § 1º e artigo 47, § 3º. O decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998 (D.O.U. 11/02/98, seção 1, página 1) regulamenta o artigo 80 da lei 9394/1996. Outras bases legais foram estabelecidas pelo decreto nº 2561 de 27 de abril de 1998 (D.O.U. 28/04/98) e pela portaria ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998 (D.O.U. de 09/04/98). Em 03 de abril de 2001, a resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós-graduação *lato e stricto sensu*.

ministrar aulas. Desta forma, deve-se colaborar com o processo educativo muito mais que informar sobre determinado assunto acadêmico.

O ensino a distância tem tomado grandes proporções no Brasil, encontramos cursos de excelente qualidade, porém existem muitos oportunistas que a tratam apenas como mercadoria, sem se preocupar com o seu propósito fundamental: levar a educação, formal ou não-formal, até pessoas que, por vias tradicionais, não poderiam estar se beneficiando deste direito constitucional. O ensino a distância tem se voltado mais a atender um público adulto que infantil ou juvenil.

Apesar de muitas controvérsias no assunto, é fato que a educação a distância se constitui em uma forma mais barata de atender a uma população, e de uma só vez, muito maior que o ensino tradicional é capaz. Dada as mudanças sócio-econômicas que acometem a sociedade atual, torna-se cada vez mais essencial uma reciclagem profissional, ou até mesmo uma formação educacional básica, desta forma, a educação a distância pode afetar segmentos sociais que não são contemplados pelo ensino presencial.

Acreditamos que o maior questionamento não deve passar pela educação a distância e sim pela qualidade do ensino que, tanto o ensino presencial quanto a distância, são capazes de oferecer. Qual é a concepção de educação que os envolvidos neste processo possuem? O processo que envolve o ensino a distância deve considerar sobretudo as características culturais e contextos que envolvem o público alvo, bem como a valorização das experiências individuais, pois é a partir destas informações que serão escolhidos os melhores meios de motivação e de produção do material didático¹³.

Outra característica importante da educação a distância é a busca pela interatividade, não esta, vinculada apenas as tecnologias mais sofisticadas, mas a ação que visa a interação dos alunos com a instituição, com o professor, com a sua realidade, com a realidade mundial, da instituição com o aluno, com o professor e também do professor com todos estes fatores antes descritos. A interação é multilateral. Para que esse processo se constitua em interação deve-se procurar ações complexas que envolvam a reflexão, o senso crítico, o questionamento, a busca por soluções e respostas frente aos questionamentos, a comparações, análises e sobretudo a criatividade. O estímulo ao *feedback* é imprescindível, por isso falamos em dupla via. O professor está descentralizado do processo e a sua postura não pode ser mecanicista, apenas de transmitir conhecimentos de forma sofisticada. Não é parte do ensino a distância, como não deveria ser das outras modalidades de ensino, a massificação do ser. Por este processo educativo não estar centrado no professor, passa ser condição desprender o aluno da dependência deste profissional, deforma que a sua responsabilidade é maior e o processo estimula a sua autoconfiança, pois o aprendizado depende principalmente do aluno se condicionar e disciplinar para "aprender a aprender".

¹³ Isso não quer dizer que estes fatores não são considerados no processo do ensino presencial. Contudo, são indispensáveis para o sucesso do ensino a distancia, ressaltando que neste processo, o professor está DISTANTE.

Ressaltamos que não somos favoráveis a substituição do professor por qualquer outro meio, mas sim da descentralização e da revisão de papéis assumidos por este profissional. Com também não estamos apresentando o ensino a distância com a tábua de salvação para os problemas educativos brasileiros, nem tão pouco colocar um visão de ensino a distância substitutiva do ensino presencial, relembramos que um processo complementa o outro. São dois processos que visam o mesmo objetivo que é a educação. Mesmo em se tratando de ensino a distância, é importante algum encontro presencial, para que haja de fato uma integração do aluno com a forma de abordagem do assunto proposto pelo professor. O ensino a distância não se resume a recepção de materiais por parte de um indivíduo que resolverá seus problemas sozinho. O que se espera é que se estimule a autonomia do aluno para a condução do seu curso e assim, este aprenda a conviver com a interatividade.

O treinamento do professor para o ensino a distância é importante pois esta modalidade de ensino não se resume a transpor do ensino presencial conteúdos e métodos de ensino/aprendizagem. Em um primeiro momento relembramos que professor é diferente de educar. Nem todo professor é um educador (infelizmente) e vice-versa. A vocação para o magistério não é construída em escolas, nem nunca será, tanto para o ensino a distância quanto para o ensino presencial.

Mesmo em se tratando do desenvolvimento de uma pedagogia específica ao ensino a distância, não podemos ser irresponsáveis em desconsiderar todo o processo educativo que nos cerca a séculos. Os professores do ensino a distância ainda são, na maioria, formados pelo ensino presencial, a sua construção prático-pedagógica se dá neste contexto, o que dificulta na aplicação de novas metodologias de ensino. Repensar seus modelos pedagógicos são fundamentais para o sucesso do processo, pois requer um modelo específico para cada tipo de curso, mesmo que o conteúdo seja o mesmo. Aprender a trabalhar em equipe, inclusive com profissionais que não sejam da educação, faz parte de um projeto de ensino a distância, pois é necessário combinar competências para o desenvolvimento de um material didático. Tanto aluno quanto professores são companheiros neste processo, o que muitas vezes mexe com o ego de alguns profissionais, consideramos para tanto, a aprendizagem como meio educativo, não pode ser apresentada de cima para baixo. É fato que a maioria dos professores não estão preparados para trabalhar colaborativamente, mesmo que cobrem de seus alunos esta postura. A alteração dos papéis tanto do aluno quanto do professor são fundamentais para o estabelecimento da aprendizagem colaborativa, que significa também, aprender em meio a conflito, pois o professor não é mais transmissor de conhecimentos para um grupo de alunos passivos e nem detentor de uma verdade. O conflito é saudável, isso é óbvio, pois é a partir dele que se constrói um ideal. A ruptura com este modelo disciplinar e positivista que a sociedade, não só a educação (pois ela está voltada para os atores sociais) vive não serão rompidos por teorias ou decretos governamentais. Será somente através dos professores e dos alunos que esta mudança se dará, gradualmente. Buscar uma metodologia alternativa não implica, jamais, em perda da qualidade do ensino, este argumento geralmente é pregado por pessoas inseguras

a mudanças. Como já apresentamos anteriormente, a qualidade da educação está na concepção e não no processo adotado.

Outro ponto importante está na redação do material didático. Não há uma regra estabelecida e generalizada, pois fatores específicos devem ser considerados, porém não se pode deixar de relevar pontos essenciais como a necessidade de estimular a atenção e o interesse do aluno e a adaptação da linguagem, considerando a especificidade do grupo. A busca pela interatividade, a motivação e a democratização do saber devem ser lembradas a todos que estão envolvidos no preparo do material. Para que a aprendizagem ocorra é necessário que o aluno internalize e processe o conteúdo, isso requer uma reflexão.

Mesmo em se tratando de coletividade, de interatividade e de colaboração, o aprendizado é individual, a internalização é um processo individual, mesmo que esteja em grupo. Estimular a problematização através de experiências próprias ou familiares ao contexto do aluno são estratégias bem sucedidas normalmente. A adaptação de metodologias advindas de outros processos ou experiências, muitas vezes recai no insucesso, pois apenas a adaptação não é satisfatória. Isso também pode ser aplicado tanto para professores quanto para alunos.

Estabelecer quanto conteúdo é suficiente para ser trabalhado no ensino a distância, a utilização de diferentes recursos tecnológicos, capacidade de síntese, custos, tempo para a tutoria presencial, número de participantes e objetivo do projeto que compõe o ensino a distância são essenciais para o sucesso da iniciativa. Estabelecer um cronograma pode auxiliar, pois remete a necessidade de assumir responsabilidades e compromisso de ambas as partes.

Podemos concluir que o processo que envolve o ensino a distância se dá em grupo, no sentido que envolve a participação de todos os membros em prol de um objetivo comum, a educação. Não é aceitável uma simples divisão de tarefas, sem interação e nem interdependência. A educação requer investimentos, não só financeiros, pois isto limitaria muito seus propósitos.

A utilização do ensino a distância na democratização do saber, para a formação, capacitação profissional e reciclagem do atuante no mercado de trabalho, para a capacitação e formação de professores e de áreas de conhecimento básico (como saúde, higiene e saneamento) mostram que esta modalidade de ensino, quer aceitem ou não, está estabelecida entre nós. Cabe a sociedade incorporar esta realidade.

3.1- O Caso da FAEPE: Histórico da instituição e sua missão

A "Fundação de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão" (FAEPE) foi criada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), na época, Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), em 17 de junho de 1976. Com a finalidade de promover, não só para a comunidade local e nem acadêmica, apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, como seu próprio nome já diz. Desde lá tem contribuído significativamente para a formação profissional não só brasileira. Ela se constitui em uma fundação de direito privado.

O primeiro curso por tutoria a distância da Universidade foi em 1987 entre um convênio da ESAL com a ABEAS, para a especialização no nível de pós-graduação em "Produção de Ruminantes". A primeira pós-graduação por tutoria a distância da FAEPE foi oferecida em 1990, em "Administração Rural", curso até hoje com o maior índice de inscritos.

Os cursos de pós-graduação (especialização) por tutoria a distância¹⁴ estão devidamente regulamentados pelo MEC e pela pró-reitoria de pós-graduação da UFLA. Ao se habilitar para um dos cursos, o aluno é orientado a preencher uma ficha de inscrição, via correio aéreo com seus dados pessoais e comprovantes acadêmicos. O comprovante de pagamento da inscrição, pois os cursos não são gratuitos, e recebem também um ficha de preenchimento optativo, sobre alguns dados que servirão de subsídios para o delineamento do perfil do estudante e da turma.

Para estes cursos no nível de especialização os módulos são impressos e há geralmente dois encontros presenciais que acontecem no meio do curso e no final, geralmente. A responsabilidade pelo material didático compete ao professor e ao seu respectivo departamento. Salvo em curso interdepartamentais, onde a coordenação é composta por representantes de diversos departamentos. A eles competem coordenar a estrutura didática e pedagógica do curso, bem como seu funcionamento. Nos cursos por tutoria a distância, há a possibilidade de contratação de professores externos ao quadro docente da UFLA, desde que estes profissionais possuam, no mínimo, o título de mestre. A FAEPE se restringe em operacionalizar o andamento do curso e gerenciar os recursos pertinentes a eles.

Os cursos duram em média um ano e a distribuição do material didático é feita, também, em média, entre 30 a 40 dias. Desta forma, quando se atingiu a distribuição de metade do material, é marcado o primeiro encontro. Há orientações no "Guia do pós-graduando" para como proceder em caso de dúvidas sobre o conteúdo dos módulos. Elas podem ser tiradas tanto via correio aéreo, fax, e-mail, telefone ou presencial (no caso de pessoas que morem perto da instituição ou na época dos encontros).

No que se refere a avaliação didática, cada curso desenvolve sua própria técnica. Desde a metade de 2001 as turmas necessitam cumprir com a redação de uma monografia orientada por um dos professores do curso para a conclusão do curso.

Desta forma, a instituição vem cumprido seu papel de promover a educação e a atualização profissional de forma democrática a todos os interessados da sociedade.

3.2- O curso de Ecoturismo: Interpretação e Educação Ambiental

O curso de Ecoturismo: Interpretação e Educação Ambiental passou a ser oferecido a partir do segundo semestre de 1999. Este curso passou por diversas reformulações, chegou a ser reprovado pelo conselho que regulamenta os cursos por tutoria a distância até que tomou o formato ideal, que foi apresentado em sua primeira turma e continua até os dias de hoje.

¹⁴ Para maiores informações sobre os cursos favor acessar www.ufla.br, onde o link para a FAEPE está entre os parceiros da instituição. O contato pode ser também através do telefone (35) 3829 1200.

Inicialmente o curso foi concebido por três professores de departamentos diferentes da UFLA. Seu propósito era inovador pois buscava reunir elementos que estão inseridos no Ecoturismo e de maneira geral, não são abordados. O que se observa na maior parte dos cursos, é que se trata muito mais da questão gerencial, considerando elementos ligados a teoria do turismo e assuntos ligados a ecologia em um sentido restrito. Este curso visava fornecer discussões, dentro dos módulos, sobre: introdução ao ecoturismo, educação ambiental, interpretação ambiental e da paisagem, ecologia (de forma ampliada), história cultural, planejamento social e uma prática voltada ao ecoturismo. O sucesso deste curso veio com os números de participantes. Foram formadas até hoje, quatro turmas com 630 inscritos e 242 formados, pois ainda tem duas turmas a concluir.

A distribuição da responsabilidade pelos módulos concentraram entre os responsáveis pelo curso, na maioria, o que poderia comprometer a qualidade do mesmo. A proposta de reformulação e outras questões extra-curso desagradaram a um dos idealizadores do curso e levaram a sua saída do mesmo, por espontânea vontade. Foi neste momento, anterior ao oferecimento do curso, que ingressaram dez profissionais de diversas áreas, para suprir a saída deste profissional, eu estava entre eles. Não é pela saída do professor em questão, mas sim pela concentração dos módulos do curso é que poderia comprometer a qualidade do curso, ressalto que a sua participação era fundamental, no entanto, é muito importante que sejam apresentadas diferentes visões do mesmo tema para que o aluno possa construir sua própria visão contribuindo, assim, para a formação crítica do cidadão.

Seu coordenador procurou conduzir o processo da forma mais aberta possível, o que acarretou em algumas críticas construtivas, porém, não é este o assunto em questão. No momento do primeiro encontro presencial foram adotadas formas participativas entre os alunos tanto no que diz respeito a avaliação e estrutura do curso quanto a avaliação para a conclusão do mesmo. Ficou acertado entre os professores que a avaliação para a conclusão do curso não teria o formato tradicionalmente adotado por outros cursos, que consistem em provas ou trabalhos presenciais. Seria realizado um único trabalho que abordasse todo o conteúdo do curso, através de questões propostas por todos os professores em conjunto aos alunos, em um momento pré agendado no primeiro encontro. Este trabalho constaria também com o relato e discussão de uma experiência de cada aluno. Ficou assim acertado, que não haveriam atividades individuais, que acarretassem em avaliação numérica, por parte dos professores. O professor coordenador sugeriu e também foi aceito pelo grupo, que fossem realizado um levantamento entre os alunos sobre as expectativas em relação ao módulo prático, para que, a partir daí, este módulo fosse construído. Esta prática de consulta aos alunos se estenderia a todas as turmas, a partir de então. Vale lembrar que o módulo prático era o último módulo a ser oferecido no último encontro. Ele passou a ser distribuído em três atividades práticas, onde os alunos, deveriam optar por uma delas, antes da realização do último encontro. São elas: A1- gestão do negócio ecoturístico (visa discutir questões operacionais da introdução de atividades ecoturísticas em um determinado espaço), A2- Práticas em Educação Ambiental, e A3- Prática

de Condução e Interpretação Ecoturística (atividade que levaria o grupo a um espaço que fosse utilizado para a realização de atividades ecoturísticas, e assim discutir, em um ambiente natural, como melhor aproveitar os recursos)

Infelizmente o professor coordenador se afastou do grupo logo após o primeiro encontro, pois estava aprovado para cursar seu doutorado fora do Brasil, desta maneira, só restava passar a coordenação para a outra professora e idealizadora do curso que restava no grupo original. O professor foi afastado do curso, mas não teve seu nome retirado. Ele foi substituído por outros profissionais recomendados pelo seu departamento e no momento da sua volta à UFLA, seus módulos seriam repassados novamente. Nunca foram colocadas em prática o modelo de avaliação para a conclusão do curso, a atual coordenação, optou por avaliar os alunos da mesma maneira da forma convencional. Como a primeira turma não tinha sido avaliada no primeiro encontro, foram enviadas questões para serem respondidas em casa, o que não é preferencial mesmo para atividades a distância, pois exige um maior esforço do professor em garantir a originalidade do trabalho. O módulo prático A3 (sob a responsabilidade da coordenação) também foi modificado, as atividades passaram a ser feitas dentro da própria universidade, em uma trilha que era usada para outros fins. Os alunos não sugerem mais conteúdos para as práticas, apenas optam pelas estabelecidas no primeiro encontro.

Estas questões geraram conflitos internos ao grupo de professores que se submeteram a um tipo de coordenação e não concordavam com algumas atitudes conduzidas pela atual coordenadora. Mesmo assim o curso continuou, sem que se perdesse o foco na qualidade, até a conclusão de turmas em julho de 2002. A partir daí, o curso estará suspenso até que se resolva problemas internos e se reformule alguns módulos.

3.3- A metodologia adotada nos encontros presenciais para a abordagem da Educação Ambiental.

Eu era responsável por uma parte do módulo de ecologia (módulo 2) que tratava da "interpretação Ambiental", por parte do módulo 6 (Educação Ambiental: movimentos e interpretações sócio-ambientais) e também pela prática A2 (Educação Ambiental), com a saída do professor e coordenador, passei a substituí-lo no módulo 1, introdutório ao ecoturismo e nos módulos 6 e A2, estes dois últimos, divididos com a professora Cláudia Ribeiro do departamento de educação da UFLA. A redação dos módulos, com a exceção módulo 2 e das práticas, foram feitas pelo professor afastado, optamos por trabalhar com o seu material no módulo 6, mas as atividades presenciais deveriam ser revistas.

Visando a participação efetiva dos alunos, bem como a sua história de vida, optamos por trabalhar em conjunto a todo momento. Iniciamos sempre nossas aulas utilizando "danças circulares" que além de promover a integração maior do grupo, pois a nossa aula é a primeira do segundo encontro, e nem sempre os grupos são os mesmos do primeiro encontro, esta

técnica também promove a "quebra" do ambiente formal de ensino e da expectativa por uma aula expositiva, onde o professor fala para um grupo de espectadores. No módulo 6, após a "dança circular", iniciamos uma discussão, através de dinâmicas, sobre a educação, e posterior a isso apresentamos um histórico da educação ambiental e de suas conceituações. Utilizamos um vídeo que trata da questão ambiental e finalmente promovemos atividades em grupo sobre a interpretação do conteúdo do módulo e sobre o assunto discutido em sala. Não é nosso foco avaliar numericamente o aluno, por isso, não promovemos atividades formais para este fim em nenhum dos nossos trabalhos, mesmo que tenhamos que numerar a participação deles, para efeito de currículo e conclusão do curso.

No módulo prático, o número de alunos é menor, pois neste momento a turma está separada em três. As abordagens são mais específicas à prática de educação ambiental e a discussão da postura de um educador ambiental. Fazemos a "dança circular", apresentamos uma série de bibliografias pertinentes ao tema para que os alunos possam consultar. Apresentamos vídeos que tratam da questão da cidadania, desigualdades e de consumo. Levamos os alunos a um centro de separação de lixo reciclável, mantido por uma fundação ambientalista. Neste momento os alunos passam a conhecer na prática, muitas questões que envolvem a educação ambiental e que nem sempre são apresentadas ou questionadas. Após estes trabalhos, os alunos são convidados a se separarem em grupos e organizar oficinas que tratem de temas por eles escolhidos, e depois conduzem estas oficinas entre os outros alunos desta mesma prática. A montagem e a escolha do tema fica a cargo do grupo, pois seria tutorial, neste momento, definirmos temas. Queremos formar cidadãos atuantes na questão ambiental, a criatividade e o compromisso são fundamentais para o sucesso desta nossa empreitada, a flexibilidade fará com que estes profissionais consigam atuar em diferentes espaços. Não será definindo regras preestabelecidas que estaremos contribuindo para essa formação.

4- Conclusão

Ao longo destes dois anos envolvidos com o ensino a distância, pudemos concluir que não se pode ocultar a existência desta ferramenta essencial para a democratização do saber. Como já apresentado anteriormente, não falamos da superação do ensino presencial e nem do professor, tratamos de complementar e ofertar um mecanismo a mais de formação para aqueles que somente pelas vias tradicionais não poderiam ter acesso.

A experiência com o curso de ecoturismo foi excepcional para colocar em prática conceitos de participação e de atuação no ensino a distância. Também foi importante para observar falhas que não podem prosseguir em nenhum segmento do ensino. Espero ter contribuído para a formação não só minha, pois estamos em constante processo de formação, mas de inúmeras pessoas que puderam se beneficiar com o curso, com este capítulo do livro e com as pessoas que passaram a ser formadas por nossos ex-alunos.

Bibliografia

AB'SABER, A. A universidade brasileira na (Re)Conceituação da Educação Ambiental. **Educação Brasileira**, Brasília, v.15, n.31, p.107-115, 1993.

AMMANN, S.B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez. 1987

BARBOSA, J. H. **Introdução ao ecoturismo**. Lavras: UFLA/FAEPE. 2000.

BARBOSA, J. H. et al. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

BOSCHI, R.R. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. São Paulo, Vértice. 1991.

BORDENAVE, E.J.D. **O que é participação**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. Coordenação de educação Ambiental. **Educação ambiental**. Brasília: MEC, 1997.

_____ Coordenação de educação ambiental. **PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MEC, 1997.

_____ Coordenação de educação Ambiental. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

BRONOWSKI, J. **A responsabilidade do cientista e outros escritos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo, Duas Cidades. 1971.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1985.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CAVALCANTI, C. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: CAVALCANTI (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CELESTE, M. F. Fragmentos de educação ambiental e cidadania. In: SORRENTINO, M. *et al* (orgs). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Ed. Gaia, 1995. p.49-58.

CHAVES, I. B. O paradigma da complexidade: uma nova forma de olhar a relação natureza/cultura. In: MATA, S. F. *et al.* (orgs.). **Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Ed. Terceiro Milênio, 1998. p.63-73.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GRAÇA, C. O. A Educação Ambiental como ferramenta de transformação Sócio-Ambiental em áreas de potencial Ecoturístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA, 4, 2002, Campinas. **Anais**, Campinas: Instituto Agrônomo de Campinas, 2002.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza: EUFC, 137p. 1986

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5.ed. São Paulo: Ed. Gaia, 1998.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

FAZENDA, I. C. A. A questão da intredisciplinaridade no ensino. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, n.27, set. 1987.

_____ **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Loyola, 1993.

FORUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Tratado de educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. (Tratado das ONG's)

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1970.

_____ . **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1970

_____. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

_____. **Pedagogia da autonomia**. *Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1999

Guaranys, L.R. dos. Castro, C.M. (1979). **O ensino por correspondência: uma estratégia de desenvolvimento educacional no Brasil**. Brasília: IPEA.

KEEGAN, D. (1991) **Foundations of distance education**. 2a.ed. Londres: Routledge.

LEONARDI, M. L. A. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARD, M. L. A. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas a gestão dos espaços regionais**. Campinas, SP: Unicamp/IE. 1996.

Luchesi, C.C. "Democratização da educação: ensino à distância como alternativa". **Tecnologia Educacional** n°. 89/90/91, jul/dez. 1989, Rio de Janeiro, ABT.

MOREIRA, R. J. Ecologia e economia política: meio ambiente e condições de vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29., 1991, Campinas. **Anais**, Campinas: SOBER, 1991. v.1, p.153-178.

_____. Formação interdisciplinar e desenvolvimento sustentável. In: **REUNIÃO DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA**, 10., 1994, Campinas. Florianópolis: SBPC, 1994.

Nunes, Ivônio B. (1992a) "Educação à Distância e o Mundo do Trabalho" **Tecnologia Educacional**. v.21 (107) . Julho/agosto 1992, Rio de Janeiro, ABT.

Nunes, Ivônio B. (1992b) "Pequena Introdução à Educação a Distância". **Educação a Distância**. n°. 1, junho/92, Brasília, INED.

OKLEY, P. Participation in development in N.E. Brazil. **Community Development Journal**, Oxford, 16 (1): 10-22, jan. 1980.

PEDRINI, A. G. (org). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma Educação Ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____ **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço:** Rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª edição. São Paulo; Hucitec, 1999.

SACHS, I. **El desafío ambiental:** Una búsqueda incierta. México: Fondo de Cultura Económica, (Lecturas, 82). 1991.

SORRENTINO, M. et al. **Cadernos do III Fórum de Educação ambiental.** São Paulo: Ed. Gaia. 1995b

SORRENTINO, M. **Educação ambiental, participação e organizações ambientalistas.** Piracicaba: ESALQ/USP. 1992.

_____ . **Educação ambiental e universidade:** um estudo de caso. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, (Tese – Doutorado em Educação). 1995a

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998. p.104-127.

VASCONCELLOS, M. M. N. **Educação ambiental:** ponte entre diferentes áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1994. (Dissertação – Mestrado em educação).